

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



FACTU
CIÊNCIA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ
FACTU

Revista
FACTU
Ciência

Publicada pela

Faculdade de Ciências
e Tecnologia de Unaí

Conselho Editorial

Maria José Lucas Capanema

Diretores da FACTU

Maria José Lucas Capanema

Diretora Geral

Adelson Ribeiro da Silva

Diretor Pedagógico

Fabírcia Lucas de Mendonça
Secretária

Diretor da Revista

Jussara C. Moreira Capanema

Conselho Editorial

Maria José Lucas Capanema

Adalberto Lucas Capanema

Contatos

Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422 - Unaí - MG
CEP: 38.610-0000
Tel: 38 3676 6222
www.factu.br

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação
da Biblioteca da FACTU.**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 8, n° 14 (janeiro/julho.2008). Unaí: FACTU,
2008.

Semestral

ISSN 1519 - 1958

1. Agronomia. 2. Contabilidade. 3.Direito. 4. Informática. 5. Educação.

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio.
As matérias publicadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

Índice

Intranet - Comunicação Interna nas Empresas de Laticínios

Amélia Maria Alves Rodrigues, Ana Paula Costa Reis, Bruno Altino de Barros, Elaine Monteiro dos Santos, Janaina Soares da Silva, Marinalva Rocha Brandão, Pricilla Alves de Sousa, Robson José Coimbra, Vanessa Maria Alves da Silva Kiierten, Wagner Rezende de Sousa..... 07

A Publicização do Direito Privado e a Privatização do Direito Público

Renato Maso Previde..... 37

O Lixo e o Processo Saúde-doença no Município de Unaí – Minas Gerais

Aline Moraes, Camila Texeira, Christianne de Souza, Estefânia Aparecida Zica, Gabriel Otávio, Jussara Capanema, Natália de Campos, Roseli Rocha, André Luiz Torres..... 47

Anemia Falciforme: Desafio para a Saúde Pública

Amélia Maria Alves Rodrigues, Adão Francisco Ribeiro..... 57

Normas para publicação..... 79

Apresentação

A Revista FACTU CIÊNCIA tem como objetivo a divulgação de trabalhos científicos, realizados pela comunidade acadêmica, em especial, por professores e alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai. Todos os trabalhos, publicados neste volume, são referentes às áreas de conhecimento dos cursos ministrados na FACTU, em especial, os de graduação em Administração, Agronomia, Artes Visuais, Direito, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Pedagogia e Sistemas de Informação.

A FACTU CIÊNCIA publica artigos científicos inéditos, além de outras contribuições, como artigos de revisão e resenhas.

Pelo trabalho árduo e dedicado, agradecemos a colaboração de todos os autores que participaram deste número, nos enviando seus artigos para publicação.

Uma proveitosa leitura é o que desejamos a cada um que tiver acesso a esta revista.

Jussara C. Moreira Capanema
Diretora da Revista



INTRANET - COMUNICAÇÃO INTERNA NAS EMPRESAS DE LATICÍNIOS

Amélia Maria Alves Rodrigues

Mestre em Ciências da Educação Superior
André Luís Torres – Mestre em Extensão Rural
Professora do curso de Ciências Contábeis da
FACTU

**Ana Paula Costa Reis, Bruno Altino de Barros,
Elaine Monteiro dos Santos, Janaina Soares da
Silva, Marinalva Rocha Brandão, Pricilla Alves
de Sousa, Robson José Coimbra, Vanessa Maria
Alves da Silva Kiirten, Wagner Rezende de
Sousa.**

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da
FACTU

RESUMO

A sobrevivência das empresas depende da adoção de uma atitude de comunicação transparente diante dos públicos, sejam eles internos (entre departamentos) ou externos. (clientes e fornecedores). Atualmente, grande parte das empresas já utiliza a comunicação via “intranet”; uma rede de computadores semelhante à internet, porém é de uso exclusivo de uma determinada organização, ou seja, somente os computadores da empresa podem acessá-la. Dentro de uma empresa todos os departamentos possuem alguma informação que pode ser trocada com os demais departamentos, ou então cada departamento pode ter uma forma de comunicação direta com os colaboradores, no entanto, reconhecer a importância que os aspectos intangíveis vêm assumindo permite às organizações empresariais não só prever os problemas, mas corrigi-los antes que eles interfiram, estabelecendo uma comunicação previsível e favorável. Este trabalho apresenta uma revisão literária ampla com resultados e discussões de uma pesquisa de campo realizada na CAPUL – Cooperativa Agropecuária de Unaí, região Noroeste de Minas Gerais. Foram entrevistados e questionados 50 funcionários dos diversos departamentos da referida Cooperativa sobre a comunicação interna utilizada em rede (Intranet). Com base nas informações obtidas, neste trabalho, conclui-se que as Empresas que pretendem sobreviver no

mercado e, conseqüentemente crescer, têm como premissa a adoção de uma comunicação transparente através do uso de novos recursos tecnológicos, como a “intranet” divulgando constantemente sua cultura, valores, projetos, valorizando os funcionários e colaboradores, por isso torna-se imprescindível para toda e qualquer empresa.

PALAVRAS-CHAVES: intranet, comunicação empresarial, organização, tecnologia, colaboradores.

ABSTRACT

The survival of businesses depends on the adoption of an attitude of communication transparent before the public, whether internal (between departments) or external. (customers and suppliers). Currently, most businesses already uses the communication via "intranet", a network of similar computers to the Internet, but is exclusive use of a particular organization, or only the company's computers can access it. Within a company all departments have some information that can be exchanged with other departments, each department or may have a form of direct communication with employees, however, recognize the importance that the intangible aspects are assuming enables business organizations, not only provide the problems, but fixing them before they interfere in establishing a communication predictable and favourable. This paper presents an extensive literature review and discussions with results of a field of pesquiss held in CAPUL - Agricultural Cooperative of Unaí, northwestern region of Minas Gerais. They were interviewed and questioned 50 officials of various departments of that Cooperative on internal communication used in network (intranet). Based on information obtained in this work, concluded that businesses that want to survive in the market and, consequently grow, have the premise the adoption of a transparent communication through the use of new technological resources, such as "Intranet" disseminating its constantly culture, values, projects, valuing the officials and employees, so it is essential for any company.

KEY-WORDS: Intranet, corporate communications, organization, technology, collaborators.

1.0. INTRODUÇÃO

A comunicação empresarial é uma das faculdades cognitivas inerentes ao homem, é considerada flexível e de fácil adaptação às mudanças e à disseminação das constantes transformações tecnológicas emergentes no mundo globalizado.

As ações empresariais são permeadas através do processo comunicativo que dependendo da sua solidez e transparência torna-se responsável por vários êxitos frente às mudanças, pois as decisões serão pautadas em conhecimentos da alta administração e também dos funcionários e colaboradores. Não é apenas na execução de suas rotinas diárias que os funcionários são valiosos, eles podem contribuir em vários outros aspectos. Por isso, estabelecer canais de comunicações que haja uma verdadeira troca de informações no sentido descendente, ascendente e lateral, é de grande importância.

Neste cenário, as áreas da comunicação das empresas começaram a investir em programas estratégicos para obter informações com maior rapidez e agilidade, como por exemplo, a comunicação interna chamada “*intranet*”.

A empresa que utiliza a intranet como recurso expressivo entre setores internos e externos, proporciona desta forma, aos colaboradores e funcionários o acesso imediato às informações gerenciais ao mesmo tempo, isto é, faz com que haja interação entre os interlocutores condicionando assim maior produtividade para a própria empresa.

O desenvolvimento das tecnologias da informação introduziu novas maneiras de se pensar o conhecimento, alterando a forma de se relacionar dos indivíduos.

A globalização, por sua vez, gerou uma necessidade por parte das grandes corporações de atingirem vários públicos em lugares diferentes. Construiu-se frente ao desenvolvimento, a rede como instrumento de comunicação e de relacionamento das organizações com seus públicos.

Ademais às novidades virtuais, somam-se ainda, os meios de comunicação tradicionais. Tudo é transmitido de forma simultânea. É essa mistura que caracteriza a contemporaneidade como a era da comunicação social em todos os níveis: TV aberta e fechada, jornais, rádios, outdoors, malas-diretas, eventos, cartazes, intranet, internet, entre outros. Contudo, os meios tradicionais já não suprem as

necessidades de informação com agilidade. A rede vem complementar essa demanda e consolidar-se como veículo imediato e instantâneo. O processo de extensão humano torna-se a cada dia mais eficaz: "pode-se estar onde não se está, ver e tocar, o que não existe" (SILVA, 2004:12).

Vive-se em um âmbito cercado de informações, neste contexto, a comunicação social em geral se destaca como definidora e distribuidora de informação aos seus públicos-alvos, portanto formação de uma cibercultura na qual, as pessoas se conhecem de forma não-presencial, permite que, através das telas luminosas, imagens, ícones e uma nova linguagem digital se estabeleçam relacionamentos.

Para entender esta autêntica ruptura de paradigma na Comunicação Empresarial contemporânea, é preciso reconstruir o ambiente em que estas modificações ocorrem, porque, na verdade, a Comunicação Empresarial funciona como um espelho, que reflete culturas e tendências. Tentar situá-la à revelia deste contexto, amplo e complexo, como muitas vezes pretendem os analistas apressados, comprometidos com a sofreguidão típica dos apólogos da "nova economia", implica em esvaziar o seu conteúdo e o seu poder de fogo.

2.0. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIADE UNAI(CAPUL)

O Noroeste de Minas é formado por meorregiões do Estado brasileiro de Minas Gerais, a qual é formada por municípios agrupados em microrregiões. A microrregião de Unai está dividida em municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia e Uruana.

A economia da região é, predominantemente, baseada na agropecuária, com destaque para a produção de milho, soja e feijão, além da criação de bovinos de corte e de leite. Especificamente, a região de Unai possui grande potencial agrícola que registrou ser a maior produtora do Estado. Diante do cenário agropecuário a CAPUL exerce uma grande função para toda a região desde a sua criação até o presente momento. Foi fundada em 24 de maio de 1964, com uma reunião de apenas 86 produtores com o fim único de constituírem uma

sociedade cooperativa nos termos do Decreto lei 8401 de 19 de dezembro de 1949.

Nesta assembléia os presentes elegeram o primeiro presidente da CAPUL, também neste período, foi elaborado e aprovado o estatuto da Cooperativa com o objetivo maior de inserir a sociedade na defesa dos interesses econômicos da classe dos produtores de leite da região de Unaí. Depois disto, o estatuto social foi reformulado por cinco vezes, com para adequar a CAPUL à realidade dos novos tempos.

Com assistência técnica direta dos órgãos especializados, as atividades da agropecuária foram valorizadas e gradativamente ganharam outras dimensões atingindo grandes saltos e em consequência o crescimento. Em 1985 foi criado o primeiro entreposto na cidade de Arinos; em 1997 foi à vez de Cabeceira Grande e Dom Bosco, um dos maiores investimentos para o município, e em 2002 na cidade de Buritis. Com a criação desses entrepostos tendo como objetivo valorizar a economia para os produtores de cada região houve um alto índice de escoamento de produção para toda a região, com isso, na década de 90 a CAPUL se constituiu uma das maiores e mais sólidas empresas do município, graças às boas administrações anteriores.

Dentre os vários objetivos da empresa destaca-se a comunicação direta e o bom relacionamento com o seguimento dos produtores rurais. Atualmente a Cooperativa conta com aproximadamente 3.400 associados e mais de 300 funcionários. Desde cenário conclui-se que a Cooperativa foi sonho realizado, planejado e idealizado por apenas 86 produtores.

2.2 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

A comunicação organizacional já não pode mais se concentrar apenas em transmitir informações, mas também em mudar o comportamento dos colaboradores para que realizem um trabalho melhor, impulsionando a organização em direção as suas metas, como foram observadas na CAPUL, principal objeto de pesquisa e análise.

Conforme afirma STONER (1995, p. 338) a comunicação organizacional é um processo através dos quais os administradores exercem as funções de planejar, organizar, liderar e controlar as ações da organização.

Já para MEGGINSON (1986, p. 279) "comunicação organizacional é o processo de transferir significados sob a forma de idéias ou informações de uma pessoa para outra, é a cadeia de entendimento que liga os membros das várias unidades de uma organização em diferentes níveis e áreas" e o autor SHERMERHORN (1991, p. 251), define a comunicação organizacional como o processo específico pelo qual a informação se movimenta dentro de uma organização, e entre a organização e seu ambiente.

A comunicação organizacional pode ser analisada como a comunicação interna e externa. Referente à comunicação interna DAMANTE (1999, p.13) afirma que esta "engloba todos os atos de comunicação que se produzem no interior de uma organização e que variam nas modalidades em que são utilizados, nos meios de divulgação e nas funções que desempenham", no entanto, a organização de uma empresa depende basicamente do fluxo de informações relacionadas com as pessoas, interna e externamente.

Segundo MEDEIROS E HERNANDES (1999, p.227) "a comunicação interna permite à empresa ter consciência de si mesma, adaptar-se ao ambiente". E a comunicação externa é aquela que ocorre entre as organizações e o ambiente externo, portanto em uma organização, quando o objetivo é informar, a tonalidade de sua comunicação deve destinar-se a criar uma atmosfera racional e prática. A melhor maneira de implantar esse modelo é através de um clima de serena credibilidade.

Ter uma gestão organizacional e cooperativista mais flexível e descentralizada implica em reconhecer o comprometimento das pessoas e, automaticamente, respostas mais ágeis e objetivas ao ambiente visando tornar a organização mais competitiva.

O quadro descrito exige uma cultura organizacional que permita às pessoas um papel ativo, de forma compartilhada com a organização, na qual a participação dos indivíduos envolvidos conceda privilégio aos processos em detrimento dos instrumentos.

2.3 COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

A comunicação é um processo de interação social, que promove mudanças comportamentais e de atitudes, é uma das principais preocupações no mundo das profissões e é através dela que os indivíduos e profissionais se relacionam uns com os outros

(SCHWEZ, 2000).

Quando há comunicação, conseqüentemente a interação com a sociedade será condicionada pelos valores culturais, comportamentais e atitudinais, por isso, pode dizer que a comunicação é o espelho da cultura empresarial e reflete, necessariamente, os valores das organizações. Se eles caminham para valorizar o profissionalismo, a transparência, a responsabilidade social e a participação, a comunicação se orienta no mesmo sentido. (BUENO, 2003, p. 20)

O estabelecimento do diálogo com as pessoas na organização e a preocupação com sua satisfação representa uma posição moderna no tratamento entre "quem produz" e o "dono da produção". Muitas empresas já estão atentas à criação e desenvolvimento de programas sociais internos nas áreas de saúde, higiene, segurança, treinamento, esporte, lazer cultura, seguridade, dentre outros, mas os números ainda são reduzidos.

Diante do referencial de informações observa-se que o desempenho da comunicação empresarial é fundamental para que as pessoas se comprometam com o sucesso da empresa. Um dos motivos primordiais é estabelecer canais de comunicação que divulguem os objetivos e metas da organização, com autonomia para que sejam exercitadas as escolhas e as opções das pessoas com ética e transparência.

A comunicação é um mecanismo da ideologia empresarial que visa obter, junto às pessoas, objetivo pré-determinados. Questiona-se e condena-se a direção única dos meios indiretos de comunicação, eles apenas informam sem saber se chegam até o público alvo ou se são e como são decodificados.

Um fato a ser destacado é que, freqüentemente, processos comunicativos deliberados trazem monumentais desenvolvimentos e mudanças. Também é verdade que um grande número de esforços de comunicação falham, pois eles dependem de uma série de condições e circunstâncias tais como: fidelidade da mensagem, habilidade e experiência do comunicador, linguagem adequada, nível de importância que é dado aos processos comunicacionais e, principalmente, a ausência de uma comunicação interna participativa e coerente entre o discurso e a prática cotidiana da empresa.

O entendimento do novo cenário oferece à comunicação empresarial, por um lado, uma chance inigualável de afirmação e do

outro, sérios desafios à atividade, como por exemplo: atrelar, definitivamente, a comunicação aos objetivos estratégicos da organização, aproximar dos seus clientes internos e atuar de forma integrada das outras funções da empresa. Assim, é fundamental incorporar novos valores, novos processos de gestão e sobretudo, novas formas de relacionamento com a sociedade.

Merece destaque a importância da pesquisa de clima organizacional como um instrumento de auxílio à gestão administrativa da cooperativa, objeto de pesquisa e análise. Também seria útil lembrar que o estudo de clima organizacional se constitui em um excelente canal de comunicação entre os níveis organizacionais mais altos e os demais existentes na cooperativa, tendo em vista o avanço das novas tecnologias de comunicação.

O estudo da comunicação na empresa agrega um conjunto de atributos específicos, que caracterizam uma cooperativa e que estão percebidos diretamente pelos seus membros, mas não definidos, tendo em vista seu caráter dinâmico. A pesquisa visa refletir o modo como a cooperativa lida com seus colaboradores, influenciando o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, a cultura organizacional e a comunicação empresarial, portanto compreender e entender a comunicação na empresa ajuda a descrever as percepções e os sentimentos das pessoas com relação às organizações, aos grupos e às tarefas em que estão envolvidas.

3.0 ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS: PESSOAS, CULTURA E COMUNICAÇÃO.

A comunicação empresarial no mundo contemporâneo vem acompanhando todo o desenvolvimento social e econômico da sociedade e com os avanços tecnológicos faz com que todo e qualquer profissional tenha oportunidade para ingressar no mercado de trabalho, a partir do momento que as técnicas operacionais sejam eficientes para o exercício de sua profissão.

Como afirma BUENO (2000; p.50), "a comunicação empresarial evoluiu de seu estágio embrionário, em que se definia como mero acessório, para assumir, agora, uma função relevante na política negocial das empresas. Deixa, portanto, de ser atividade que se descarta ou se relega a segundo plano, em momentos de crise e de carência de recursos, para se firmar como insumo estratégico, de que

uma empresa ou entidade lança mão para idealizar clientes, sensibilizar multiplicadores de opinião ou interagir com a comunidade".

Não há como negar a existência de uma grande defasagem entre a demanda das necessidades organizacionais, ao exigir um papel mais ativo dos colaboradores - comprometimento e envolvimento - e a realidade, que mantém padrões de controle - cartão de ponto, horário fixo, práticas remuneratórias e desempenho (rigidez e burocracia). Destruir a idéia cristalizada da impossibilidade para a construção de objetivos comuns, ou seja, um sentido que busque a satisfação mútua da empresa e das pessoas só será possível através da comunicação integralizadora.

Segundo BUENO (2000; p. 51), "a comunicação é potencializada pelas novas tecnologias, tem o condão de desencadear um processo, não controlável, que, ao instaurar desconfiança ou euforia, altera o ritmo das coisas, sintonizada que está com a volatilidade da 'nova economia'".

A comunicação da "nova economia" deve valorizar o destinatário que se apresenta ativo, ou seja, ele elege o que quer saber e precisa ter a possibilidade de livre acesso à informação para absorver e compreender o conteúdo da mensagem. Hoje, com a Globalização e as constantes mudanças, o elemento humano tornou-se o fator de importante diferenciação no mercado, passando a exigir resultados, estabelecer relação mais profissional e diferenciadora do desempenho individual.

A sobrevivência das organizações está atrelada à imprevisibilidade e as palavras de ordem são agilidade e adaptabilidade. Este motivo aponta uma mudança na cultura organizacional, visando flexibilidade para aprender a lidar com as mudanças de forma totalmente nova, por isso é que a ação e a cooperação das pessoas são fundamentais para reconfigurar a forma de administrar e como reflexo desta atitude, é imperioso reconhecer o papel da cultura organizacional e a importância da comunicação empresarial.

Não se aceita mais que a gestão de pessoas seja comandada por grupos de poder que priorizem apenas as contingências da organização. Sendo assim construir diretrizes e instrumentos que assegurem a compreensão da situação em toda a sua extensão e profundidade enxergando a realidade em sintonia com a

complexidade e as mudanças é a opção.

Já para DUTRA (2002; p. 44) "no momento em que a organização empresarial pensa as pessoas como parceiros de seu desenvolvimento e as pessoas pensam o mesmo em relação à empresa, o foco altera-se do controle para o desenvolvimento". As forças que existem concretamente numa organização são as pessoas, os respectivos negócios e a comunicação entre eles; tudo mais é consequência de como circula o fluxo de informações. A partir desta discussão, reconhecer as características do modelo político de Recursos Humanos, percebendo os indivíduos como atores que participam e influenciam as mudanças, torna-se necessária antes da implementação.

Este modelo político de Recursos Humanos privilegia a dimensão política na organização de qualquer empresa e a incorporação da idéia de divergência e conflitos, tendo em vista os diferentes interesses dos atores organizacionais. O consenso, a igualdade e a diversidade de direitos dos membros da organização permeiam as relações sociais, no entanto, o desafio está em desenvolver uma cultura organizacional na qual as pessoas, vistas como responsáveis pela imagem da empresa, precisam ser motivadas e não controladas, e entendam que mudança é uma constante.

Acredita-se que desta maneira haverá o comprometimento, o envolvimento e as pessoas passarão a agir de forma pró-ativa, influenciando na implementação de estratégias, sugerindo idéias para resolver e/ou evitar os problemas organizacionais, pois quando as pessoas agem de forma reativa limitam a disseminação de uma cultura empreendedora, o envolvimento e o bom entendimento entre as várias áreas da empresa para realização dos objetivos a serem cumpridos.

A cultura empreendedora tem na liderança sua característica ao levar as pessoas a buscarem novas formas de fazer as coisas, trazendo contribuições indispensáveis para realizações da empresa como afirma DORNELLAS (2003; p. 16) que "o comportamento empreendedor e a cultura empreendedora são como um pano de fundo para o fomento da inovação, da busca e identificação de oportunidades, do trabalho criativo, para a organização do trabalho e processos empresariais de forma mais integrada para a eliminação de barreiras internas de comunicação." Assim, a comunicação é a ferramenta de mão dupla que liga as pessoas, pela via do contato pessoal. Por meio dela, as pessoas solicitam, obtém o apoio para superar os resultados pactuados e adquirem um papel importante,

pois, elas promovem a cultura organizacional e, conseqüentemente, a comunicação empresarial. A delegação de responsabilidades e autoridade é considerada o motor do crescimento das organizações e é através das pessoas que as coisas acontecem, mudam ou permanecem como estão.

Na verdade a comunicação permitirá o acompanhamento, a avaliação e o julgamento dos resultados. Por isso, deve envolver todos os indivíduos que direta ou indiretamente participem do processo, a fim de que todos possam compartilhar do mesmo sentimento de missão e oferecer sua contribuição para o sucesso.

Por esta abordagem, as informações que fluem continuamente pelo sistema de comunicação mantêm a organização em permanente sintonia com os clientes - internos e externos - e com ela mesma como um todo.

Afinal, sem informações qualitativas e quantitativas, fidedignas e que cheguem no momento certo, o conhecimento se deteriora; a capacidade de desaprender, aprender e reaprender se embota; a liderança emigra em direção àqueles que saibam como obter a informação certa e tratá-la adequadamente.

É preciso ter bem presente que esse tipo de usuário - o cliente - irá valorizar cada vez mais iniciativas que visem à produção sem desperdícios, à conservação do meio ambiente, bem como à promoção da saúde, da segurança e bem-estar dos consumidores, dos trabalhadores e da comunidade em geral. Assim, ao desenvolver propostas comunicacionais, as empresas devem levar em conta que o público externo é atingido por ações de comunicação e de valorização das pessoas, isto é, do público interno.

A ênfase deve ser dada aos processos de consenso, através do diálogo e da análise de como trabalhar e pensar instrumentos e práticas de gestão, entendendo a organização como cultura. Entender as organizações como cultura é reconhecer que "os padrões de cultura organizacional são a base para a interpretação, a valorização e o estabelecimento de todas as práticas sócias em uma organização, já que a partir destes padrões os seus membros organizam sua interação social" (VASCONCELLOS, 2004; p. 1).

A comunicação deve visar conseguir um efeito calculado sobre as atitudes e/ou comportamento do público visado, aliada à importância e ao valor da marca, da necessidade de posicioná-la estrategicamente e dos mecanismos utilizados para atingir os

objetivos de comunicação que visam, fundamentalmente, buscar, informar e promover a percepção dos públicos em relação à empresa.

Sem dúvida, o cliente tem um destaque importante, mas as pessoas que executam as tarefas para a satisfação do cliente - os públicos internos - precisam ser reconhecidas. Como já foi mencionado anteriormente, elas são quem dão legitimidade ao produto e/ou serviço. Assim, o investimento não deve ser dirigido só para o que o cliente deseja, mas para quem realiza o que satisfaz o cliente.

Todavia, além do foco no negócio e no consumidor, a gestão deve buscar continuamente a melhoria da gestão de pessoas e dos serviços e produtos comunicacionais. Isso exige uma visão ampla e um controle e uma avaliação permanentemente dos resultados. Na busca da melhoria contínua, nem a gestão de pessoas, nem a cultura organizacional, nem a comunicação organizacional podem ser consideradas como áreas subjetivas e impalpáveis. Para obtenção de credibilidade, é necessário reconhecer a importância das pessoas, da cultura e do processo comunicacional.

O uso de instrumentos de medição do desempenho de cada atividade do fator humano e da comunicação, conforme sua natureza e grau de desenvolvimento, tornam-se imprescindíveis. Contudo, tanto na gestão de pessoas quanto na gestão da comunicação, um dos maiores desafios é medir os efeitos, tendo em vista a subjetividade que ambas as áreas apresentam. Assim torna-se imprescindível analisar com cuidado as ameaças e oportunidades do ambiente, ponderar suas forças e fraquezas, identificar as necessidades dos seus clientes - internos e externos - e planejar as ações com pragmatismo, levando em conta a disponibilidade de recursos financeiros.

O problema consiste no não rompimento do paradigma segundo o qual a comunicação é uma atividade incontável e imprevisível que aumenta a distância do foco nos resultados do negócio. O desafio das empresas envolve a democratização e a humanização dos processos organizacionais, tarefa não muito fácil.

O paradigma vitorioso é integrar as diversas áreas de uma organização, agir rápido, humanizar, reconhecer a importância dos aspectos intangíveis, em favor de novas demandas e propostas, portanto trabalhar a comunicação é muito mais que informar funcionários das decisões da diretoria e das novas regras que devem ser observadas para o comportamento em situações diversas. Exige

sensibilidade para perceber que o diálogo não deve ser procurado apenas em situações de emergência e sim constantemente.

O entendimento do novo cenário oferece à comunicação empresarial, por um lado, uma chance inigualável de afirmação e do outro, sérios desafios à atividade, como por exemplo: atrelar, definitivamente, a comunicação aos objetivos estratégicos da organização, aproximar dos seus clientes internos e atuar de forma integrada das outras funções da empresa. Assim, é fundamental incorporar novos valores, novos processos de gestão e, sobretudo, novas formas de relacionamento com a sociedade.

4.0 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

A tecnologia da informação tornou-se mais que um recurso operacional, passando a representar uma nova estratégia para a cooperativa. Atualmente há um grande leque de opções disponíveis às cooperativas para se relacionar com seu público interno, tais como, quadro de avisos, TV, rádio e recentemente os meios digitais, que são a intranet e a internet.

Segundo PINHO (2003), a maior vantagem da mídia digital frente à mídia tradicional, como, televisão, rádio, jornal, é o seu poder de interatividade, isto é, lendo um livro a única interferência que você faz neste ato é repassar as páginas, mas "[...] diante da tela do computador, o internauta tem latente a expectativa de interatividade. Assim, o conteúdo on-line que não ofereça um padrão mínimo de interação tem pouco valor para o usuário e inibe a compreensão da mensagem" (HOLTZ apud PINHO, 2003, p.31).

O que também defende SHERWIN & AVILA (apud PINHO, 2003, p.24) ao enfatizar que as organizações empresariais reconhecem vantagens no uso das intranets sobre as tradicionais comunicações que empregam o suporte papel, destacando-se maior segurança, maior largura de banda, melhoria das comunicações internas, atualidade das informações, redução de custos de distribuição e maior participação.

Entretanto, mesmo sendo teoricamente o meio que mais possibilita a participação, ainda não garante ser a mais eficaz na comunicação empresarial, pois se sabe que dentro de uma cooperativa existem diversos públicos internos, o que exige uma atenção especial

na escolha dos canais adequados para se comunicar cada segmento deste universo empresarial.

A escolha do canal pode fazer uma diferença no efeito desejado da mensagem. Algumas pessoas são melhores no uso de alguns canais do que em outros, e algumas mensagens têm melhor resultado num canal específico [...], por exemplo, pode fazer diferença se a mensagem for enviada ao gerente de divisão pessoalmente, ou enviada num e-mail (SHERMERHORN, 1999, p.240).

Mas, é importante também ressaltar que escolher e passar a usar aquele determinado canal, não fecha o círculo comunicacional. A avaliação e o feedback têm que estarem presentes. De acordo com AQUINO (2003), "Aplicadas e efetivadas todas as estratégias de comunicação o momento é de analisar o feedback, ou seja, avaliar a resposta do público-alvo ao projeto comunicacional adotado pela empresa". Análise esta que deve ser feita permanentemente para responder ao questionamento e a proposta inicial do plano de comunicação adotada pela empresa.

Ainda citando a autora, ela traz à tona a afirmação de ALEX PRIMO (on line) que diz que "Só ocorre à interatividade quando a interação entre os integrantes da relação é mútua, ou seja, quando há diálogo, possibilidade de manifestação de ambos os lados". Reconhecendo e sendo personagem propulsor de mudança deste novo contexto da Comunicação, BUENO (2003, p.49) avalia as novas tecnologias como um grande aliado à Comunicação Empresarial e acrescenta "longe das novas tecnologias, as organizações e as pessoas só tendem a evoluir", no entanto o autor também reconhece que ela não é por si auto-suficiente para a empresa e nem a endeusa: [...] entre os apólogos do mundo virtual, há aqueles que pecam pelo exagero. Acreditam que as novas tecnologias instauram a democracia, que a informação disponível será sempre relevante e que a interatividade, potencializada pelo contato à distância, preenche as aspirações humanas.

De acordo com (DEITOS, 2006) administrar a tecnologia da informação é indispensável para garantir a eficácia e a eficiência na sua utilização. O que credita a mensagem de que os meios digitais por si só não resolvem problema algum, mas deve-se aproveitar ao máximo a sua potencialidade, portanto grande parte das empresas adotam a tecnologia da informação como uma nova estratégia para

garantir eficácia e eficiência no mundo globalizado.

A utilização da tecnologia de informação não se limita à questão técnica e operacional, pois é fundamental a busca de oportunidades estratégicas que garantam o sucesso da empresa (DEITOS, 2006, citando PAIVA, 2002 p.77). A partir desta concepção subentende-se que a comunicação na maioria das organizações empresariais ainda não faz parte das prioridades ou estratégias para crescimento institucional destas. No entanto, uma estratégia de comunicação bem elaborada pode trazer muitos benefícios no trabalho das empresas como um todo. "Estar na mídia" para uma Organização Não-Governamental pode significar muitas vezes mais do que a simples divulgação da sua causa, mas a legitimidade desta, a prestação de contas à sociedade, e a sua credibilidade diante de seus doadores, beneficiários, voluntários e parceiros. Além disso, pode proporcionar muitas oportunidades de parcerias, em especial com empresas privadas.

Ao abordar sobre estratégias de comunicação na organização empresarial, percebe-se que participação no âmbito no local de trabalho não se restringe a estar inserido em uma organização, o que se resume a fazer parte do corpo funcional, mas de tomar parte ou até mesmo ter parte nas decisões empresariais, o que caracteriza uma participação ativa. E mesmo tomando parte, deve-se avaliar como está se dando este processo de interação.

Algumas pessoas, por exemplo, sentem "ser parte" da organização empresarial, isto é, se consideram "tendo parte" nela e lhe dedicam sua lealdade e responsabilidade. Outras, embora muito ativas, talvez levadas pelo seu dinamismo natural, não professam uma lealdade comprometida com a organização e facilmente a abandonam para gastar suas energias excedentes em outra organização (BORDENAVE, 2002, p.23).

Logo, se uma empresa almeja que seus empregados participem, tem que criar canais que possibilitem esta ligação. A comunicação é o espelho da cultura empresarial e reflete, necessariamente, os valores das organizações. Se eles caminham para valorizar o profissionalismo, a transparência, a responsabilidade social e a participação, a Comunicação se orienta no mesmo sentido (BUENO, 2003, p. 20).

A comunicação empresarial é a maneira mais eficiente de agregar valor ao serviço que se presta, para dentro e fora da empresa.

Um plano de comunicação resulta do profundo conhecimento da empresa e de sua realidade de negócio, conjugado à criatividade e ao domínio das modernas técnicas da comunicação. Portanto, o plano de comunicação deve envolver as pessoas e conter soluções para enfrentar os desafios impostos pelo cenário competitivo.

4.1 COMUNICAÇÃO E OS RECURSOS DIGITAIS

Uma grande empresa na sociedade moderna para se destacar das demais tem que ter o melhor produto, ser bem administrada e também ter uma comunicação eficiente e eficaz. Para alcançar e fidelizar um novo cliente, a organização deve ter uma comunicação dirigida e que alcance seu consumidor, além de ter uma comunicação com o seu público – interno (GUEDES, 2006).

De acordo com GUEDES (2006), para realizar essa comunicação integrada e eficaz a empresa deve encontrar os meios mais adequados para passar a sua mensagem, de forma rápida e que seja compreendida da maneira que a empresa quis passar, atingindo os seus públicos. Para que isso ocorra, as empresas passam a utilizar métodos mais avançados, como sites, intranet, blogs e outros, são a revoluções digitais que trazem essas mudanças nos meios de comunicação.

Esses novos meios facilitam a forma de se comunicar com seus públicos, porém eles devem sempre estar atualizados, e ter uma apresentação transparente, organizada e que facilite a navegação do receptor. As empresas devem ter um site para o consumidor navegar, blogs pra ele participar, além da intranet para se comunicar com seu público – interno. Isso gera uma maior interação da empresa com seus públicos. Portanto, a revolução digital gera uma maior interação e facilita a comunicação entre as empresas e seus públicos (GUEDES, 2006). Nota-se que para uma empresa ter um bom desempenho, é necessário uma boa comunicação e estar bem atualizado.

5.0 A REDE (INTRANET) – COMPONENTE DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

A década de 90 foi marcada pelo advento da Internet. Integrada ao ambiente organizacional, possibilitou agilização na tomada de decisões, otimização de processos e atividades, além de

alavancamento de negócios. Agora, a rede (Intranet) contribui em todos os sentidos: no relacionamento e na interatividade da empresa com seus públicos internos e externos, nas vendas através do comércio eletrônico, no atendimento ao cliente e à imprensa, na divulgação institucional, entre muitos outros.

O termo INTERNET teve sua origem, segundo PINHO (2002:19) na expressão inglesa "**INTERaction or INTERconnection between computer NETworks**". Constitui-se em uma grande rede mundial que inclui desde computadores empresariais até microcomputadores pessoais, conectados em países do mundo todo.

Uma nova linguagem, motivada pelo desenvolvimento da tecnologia, tem como conseqüência a sociedade da informação, que tem ao seu dispor dados e informações, novas formas de comunicação e uma nova configuração na relação tempo-espaço. A informática e a Internet são as grandes responsáveis por essa transformação.

A Internet permite que pessoas, grupos, empresas, escolas, universidades se comuniquem através de uma rede enorme, estável, barata e acessível a muitas pessoas por meio de computadores.

Nas mídias cujo canal é o microcomputador, a construção das mensagens é feita a partir do hipertexto, o que permite aos receptores direcionarem os seus interesses, consultando no programa oferecido pelas organizações apenas o que é do seu interesse. A expansão das novas tecnologias de relacionamento com os públicos congrega todos os conceitos de relacionamento humano direto, em que o contato direto gera o conhecimento do outro e o transforma em dados. O virtual imita e complementa o real.

5.1 INTRANET - FERRAMENTA DE RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO INTERNO

A exemplo da internet, a intranet é também um instrumento de comunicação. Na área empresarial, é usada como ferramenta de comunicação interna. Trata-se de uma rede interna interligada e exclusiva aos membros de uma organização. Disponibiliza documentos e informações de interesse dos colaboradores.

Para CABESTRÉ, CRUZ E GRAZIADEI (2004), "quando a Intranet extrapola os limites geográficos da organização, estendendo-se sua utilização a diferentes localidades, ela passa a ser denominada

de Extranet". Esse conceito, muitas vezes, não é compartilhado por outros autores, que acreditam que Extranet é um meio de comunicação da empresa com seu público intermediário.

A intranet permite vários tipos de comunicação, segundo as mesmas autoras: "publicação de um para muitos, disseminação da informação; transação: de um a um, mensagem unidirecional, como o e-mail; diálogo: de um para um, ou de muitos para muitos, bidirecional, interativo, como chat ou lista de discussão;"

Além dos vários tipos de comunicação, CABESTRÉ, CRUZ E GRAZIADEI (2004), analisam o sistema de intranet como baseado em quatro conceitos: conectividade (entre computadores ligados por uma rede e com possibilidade de transferência de informações entre si); heterogeneidade (diferentes tipos de computadores e diferentes sistemas operacionais podem ser conectados); navegação (através do hipertexto, a comunicação se torna não-linear); execução distribuída (execução de programas aplicativos no servidor ou nos micros que acessam a rede).

Assim, tanto a intranet como as internets são ferramentas de divulgação de informações, compartilhamento de recursos e habilidades, integração, agilização de processos e de redução de custos operacionais.

5.2 INTRANET SUPORTE PARA O TRABALHO EM EQUIPE E SEUS COMPONENTES

Na "era do conhecimento", as organizações passam a conviver com vários tipos de iniciativas de gestão, o capital intelectual passa a ter grande importância na estrutura das empresas e cresce a utilização da intranet. Pelas suas características, a intranet tem também importante participação na gestão das empresas, principalmente por dar suporte ao trabalho em grupo, permitindo acesso às informações por um grande número de pessoas e fixando a idéia de computação colaborativa.

De acordo com (ERNANI, 2007) os componentes básicos de uma intranet são:

Rede: Uma intranet requer uma rede que execute o protocolo TCP/IP e deve haver bastante banda passante para o tráfego envolvido, incluindo dados multimídia.

Segurança: Para manter sua rede livre dos hackers da internet que

tentam acessar informações da empresa, é necessário instalar um programa firewall. A conexão da intranet à internet não é obrigatória, é possível ter uma intranet completamente funcional sem acesso a redes externas.

Hardware: "É constituído por dispositivos físicos, posicionados por mecanismos de processamento, usados para dar entrada, processar, armazenar e dar por saída de dados e informações" (DEITOS, 2006).

Software: É o produto que os profissionais de software constroem e, depois, mantêm ao longo do tempo. Abrange programas que executam em computadores de qualquer tamanho e arquitetura, o conteúdo que é apresentado ao programa a ser executado e documentos tanto em forma impressa quanto em virtual que combinam todas as formas de mídia eletrônica (PRESSMAN, 2006).

Ainda segundo (ERNANI, 2007) a intranet requer um servidor web, onde ele pode rodar sobre os mais diversos sistemas operacionais, como Unix, Maçou Windows. Há diversos fabricantes de software servidor que entrega os arquivos de html para o browser. Alguns estão até integrando um servidor Web como partes do Sistema Operacional, o empregado precisará de uma Browser no desktop, Os publicadores de conteúdo usarão ferramentas de autoria e os usuários um mecanismo de busca, como google, para encontrar rapidamente as informações desejadas.

As características mais comuns da intranet são: revolucionar a cultura de uma empresa e sua forma de comunicação e integração; aumentar a produtividade das pessoas; permitir um melhor atendimento aos clientes; além da flexibilidade na sua manutenção; fácil uso e baixo custo.

O uso da intranet pode contribuir na automação de tarefas do dia-a-dia, no desenvolvimento de novos mecanismos de comunicação, facilitar a distribuição de informações pelos variados níveis hierárquicos e reduzir gastos materiais como, por exemplo, com papel etc. Por isso, cada vez mais as corporações optam por este tipo de comunicação que é instantâneo e possibilita uma maior interação no ambiente do trabalho.

Para (AZEVEDO, 2005) os exemplos comuns para almagamar o uso da constante da intranet dentro de uma empresa, são: notícias da organização; políticas da organização; gerenciamento de projetos e de Workflow; repositório de conhecimentos; estatísticas e situações; treinamento Just-in-time; informações logísticas;

relatórios gerenciais; tratamento de reclamações; diretório de habilidades; localização de colaboradores; recrutamento de pessoal; benefício de assistência social

Diante do contexto observa-se que a intranet apresenta um ótimo investimento tecnológico para a empresa e tem como papel principal, a centralização das informações internas em um único local, para ser facilmente acessado de qualquer departamento e em diversos lugares do mundo. Além de ágil, facilita a integralização entre funcionários e o compartilhamento de informações.

5.3 INTRANET E SEUS BENEFÍCIOS

Tal como observa (LEVINE, 1998) com o uso da intranet na empresa, além de economizar papel, os memorando eletrônicos são mais fáceis para serem arquivados e localizados, como também são utilizados de forma mais rápida, ainda permite que se várias pessoas de setores diferentes estão trabalhando em um mesmo projeto, as informações e atualizações são disponíveis em tempo hábil agilizando todo o trabalho. Verifica-se que com a intranet, a empresa também pode disponibilizar informações referentes a novos produtos a serem lançados, fazer treinamentos à distância através de vídeo conferência, ou seja, é um novo tipo de comunicação mediada por computador que desenvolve uma espécie de “discurso eletrônico”.

A intranet oferece vários benefícios para uma empresa como: interligação de unidades e departamentos; diminuição de custos com impressão de documentos, telefonia e envio de correspondência; aumento de produtividade e de segurança; facilidade para divulgação interna de seus produtos e serviços.

De acordo com (AZEVEDO, 2005) a comunicação estabelecida pelo uso da intranet torna-se mais eficiente e agrega valores ao serviço que se presta dentro e fora da empresa. Um plano de comunicação resulta do profundo conhecimento da empresa e de sua realidade de negócio, conjugado à criatividade e ao domínio das modernas técnicas da comunicação.

Observa-se que a comunicação por meio da rede intranet, proporciona aos funcionários, colaboradores e clientes características básicas; sendo uma excelente plataforma para divulgação de informações sobre marketing, pessoal, benefícios e política corporativa interna com a substituição dos sistemas de informações

para executivos e os de computação colaborativa; onde as informações são confinadas e acessíveis apenas à organização a que pertence e às pessoas autorizadas por ela; apresenta também diminuição de gastos com hardware e software, treinamento, troca de arquivos, backups periódicos, gerenciamento e tudo o que é necessário para uma rede convencional funcionar com a disponibilização das informações sob demanda, quando e aonde ela é necessária; a manutenção de uma única fonte de informação com a utilização do mesmo pessoal que normalmente seria responsável por propagar o material impresso, portanto há uma grande redução da impressão de documentos de uma corporação devido ao fornecimento de recursos da internet e ainda não existe o risco de qualquer tipo invasão.

AZEVEDO (2005) reafirma que a intranet apresenta vantagens, mas também pode ter suas desvantagens, pois os grupos de trabalhos tradicionais apresentam aplicativos de colaboração mais poderosos; não existe um sistema unificado com os pacotes de grupos de trabalhos. É necessário configurar e manter aplicativos separados, como correio eletrônico e servidores WEB; as intranets exigem uma rede com o protocolo TCP/IP, ao contrário de outras soluções de software para grupos de trabalho que funcionam com os protocolos de transmissão de rede local existentes; deve-se manter uma equipe de manutenção do servidor WEB, em dedicação exclusiva, no nível de fazer e manter as "páginas" WEB, pois as informações são dinâmicas, podem ser alteradas da noite para o dia.

Diante do cenário tecnológico um fato a ser destacado é que, freqüentemente, processos comunicativos deliberados trazem monumentais desenvolvimentos e mudanças. Também é verdade que um grande número de esforços de comunicação falham, pois eles dependem de uma série de condições e circunstâncias tais como: fidelidade da mensagem, habilidade e experiência do comunicador; linguagem adequada; nível de importância que é dado aos processos comunicacionais e, principalmente, a ausência de uma comunicação interna participativa e coerente entre o discurso e a prática cotidiana da empresa.

6.0 INTRANET – PLANEJAMENTO X INPLANTAÇÃO

Conforme afirma (AZEVEDO, 2005), a grande gama de produtos disponíveis para informatização e automação de processos

sempre foi voltada para as médias e grandes empresas. Com ferramentas disponibilizadas na internet permitem que as empresas, a um baixo custo, implementem uma rede corporativa com baixo nível de investimento. Mas, como em qualquer rede corporativa, a implantação de intranets exige planejamento além de investimento de tempo e capital, porém, os benefícios obtidos com a otimização de processos e a organização de informações tem levado empresários, diretores e gerentes de empresas a darem uma atenção especial a essa tecnologia.

Este método está instalado principalmente nas médias e grandes empresas. É um investimento que exige todo o planejamento, por ser muito complexa a sua instalação, mas essencial para o aumento da produção em geral. Por isso, os empresários adotam a intranet como meio de comunicação, e atinge a lucratividade de vários pontos.

Já para (AURELIO, 2005) sempre que se introduz uma nova tecnologia surgem obstáculos a superar. A implantação da intranet não é exceção, pois deve-se levar em conta alguns itens como: **Tráfego e a excitação pela tecnologia** - na intranet podem ser publicados texto, documentos, áudio e vídeo, isto nunca antes foi possível em uma rede interna. Os colaboradores de uma empresa podem ficar realmente excitados com a tecnologia e demandar cada vez mais aplicativos. Os administradores de sistema devem monitorar cuidadosamente o tráfego na rede para preservar os recursos e evitar impacto sobre o desempenho das demais aplicações. **Temor dos Empregados** - alguns gerentes podem resistir à intranet porque ela disponibiliza informações rapidamente a todos os empregados, incluindo os de nível mais baixo. Informação é poder e os gerentes talvez tenham de ser convencidos de que dar informação aos usuários não colocará seu trabalho em risco. **Recompensa para Colaborador** – a intranet é baseada na construção cooperativa e no compartilhamento de informações. Algumas empresas promovem sistemas de recompensas aos colaboradores, incentivando-os ao compartilhamento das informações, procedimentos, normas, políticas e conhecimento. Isso costuma ser um fator de sucesso da intranet.

6.1 impactos DA INTRANET CORPORATIVA

De acordo com o estudo por parte de renomados autores,

percebe-se que a intranet corporativa reduz custos e aumenta a produtividade pessoal dos empregados (AURELIO, 2005), pois os Empregados têm acesso a informações mais sensíveis em tempo hábil, facilitando o processo de tomada de decisão, sendo assim a rede intranet é muito barata para administrar e com seu uso direto existe uma maior e melhor padronização na interface de usuário que acelera o aprendizado do empregado, em conseqüência surge uma atmosfera de excitação onde os empregados despertam suas curiosidades sobre a tecnologia e passam a sugerir novos usos. No caso de empresas que publicam seus manuais, procedimentos, políticas, normas e catálogos na rede intranet, há uma grande economia de papel e faz com que os usuários acessem a intranet mesmo quando estiverem fora do escritório da empresa. Isso pode resultar na adoção de mais uma tecnologia – a VPN, que é o uso da internet como meio para interligar redes.

6.2 INTRANET - NOVO AMBIENTE DE NEGÓCIO



Os instrumentos de comunicação são formas de se estabelecer contato entre emissor e receptor, sendo que o meio de comunicação é que carrega a mensagem. A maioria dos instrumentos utilizados pela organização são considerados de "mão única" (GRUNIG, 1992).

Porém, os instrumentos como a internet e seus aplicativos têm mais possibilidade de interação, o que proporciona uma relação direta dos públicos com a organização. Já se pode "gritar e sorrir" de maneira que o receptor tenha essa percepção por meio de símbolos, ícones e letras.

A rede supera o fluxo unidirecional da comunicação e se mostra como interativa. Nesse sentido, o receptor tem papel relevante, pois suas próprias ações definem o processo comunicacional e as relações públicas proporcionam às organizações um entendimento e um relacionamento com todos os públicos da organização. Sendo assim, a tarefa de entender as necessidades desses públicos e escolher os instrumentos certos para cada tipo de público, nas mais distintas organizações são atribuições exclusivas das relações públicas de qualquer empresa. O profissional de relações públicas deve avaliar a necessidade e a possível real eficácia dos instrumentos de comunicação virtuais na relação com os públicos-alvos da organização que representa.

No entanto, não basta proporcionar uma relação com os públicos se não houver uma estratégia que permita a utilização da linguagem correta, do canal mais adequado e do momento ideal, culminando em uma comunicação dirigida eficiente. Ademais a isso, as possibilidades que a rede abre passam da passividade para a gestão ativa do processo comunicacional. A comunicação eletrônica transformou grande parte da comunicação dirigida escrita impressa, em eletrônica e a intranet é um meio de comunicação restrito aos funcionários de uma organização, é uma inovação que exige manutenção atualizada para sua eficiência no mundo globalizado. É o papel da tecnologia digital na sociedade contemporânea e as novas formas comunicativas apontadas pelas empresas.

Segundo (MENDES, 2005) a intranet chegou ao Brasil por volta de 1995, É uma ferramenta de comunicação muito utilizada nas empresas em geral, que influencia positivamente na relação empresas-funcionário, facilitando a divulgação de informações e agilizando o trabalho interno e externo, além de promover compartilhamento de recursos, ainda reduz custos operacionais.

O fato inconteste é que com intranet e todos os gêneros a ela ligados são eventos textuais fundamentalmente baseados na escrita que continua essencial apesar da integração de imagens e de som. Por outro lado, a idéia hoje plorifera quanto a haver "fala por escrito" deve ser vista com cautela, pois o que se nota é um hibridismo mais

acentuado, algo nunca visto antes, inclusive com o acúmulo de representações **semióticas**.

A idéia de que a cada nova tecnologia, como lembra (ERNANI, 2007), a tendência é que as empresas se renovam por completo, pois com o novo programa, as informações são processadas com maior rapidez para os empregados, quando publicadas na intranet, com isso, a empresa adquire maior interatividade e exatidão na tomada de decisões e todas as informações estão em tempo real para todos os colaboradores que necessitarem dela.

Mesmo com todos os recursos disponíveis, muitas empresas adiaram a implantação deste sistema, pois, o desenvolvimento personalizado da intranet requer um investimento considerável elevado, por algumas empresas. Sendo assim, a produtividade de cada setor tende a crescer com a rapidez da informação que chegam a cada colaborador.

7.0 METODOLOGIA

Para a análise e o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas a partir de uma grande revisão literária de autores renomados. A pesquisa de campo foi realizada na CAPUL – Cooperativa Agropecuária de Unaí-MG, através de questionários e entrevistas indiretas com os chefes **dos distintos departamentos; e entrevista direta com Diretor Presidente e coordenadores de CPD (Centro de Processamento de Dados)**.

8.0. RESULTADO E DISCUSSÕES

Na Cooperativa Agropecuária de Unaí – CAPUL, objeto principal para o desenvolvimento básico de toda a fundamentação teórica da presente pesquisa, consta com um amplo quadro de funcionários com 362 pessoas, divididos em dez setores; onde 100 funcionários têm acesso ao programa de rede intranet como um dos recursos fundamentais para gerar e processar toda a comunicação interna na referida cooperativa. Assim, 50 funcionários de setores distintos foram questionados. Após a aplicação e análise dos questionários, obteve-se o seguinte resultado a partir da pergunta chave: adaptação, eficiência, organização e benefício da rede intranet, 80% estão satisfeitos e 20% disseram que a Cooperativa deveria fazer

um treinamento intenso para ativar e melhorar a comunicação via intranet para todos os funcionários e colaboradores da matriz CAPU e das demais filiais da região, alegando também, que muitos de seus associados têm pouco acesso e conhecimento sobre como manusear os novos recursos comunicativos utilizados por rede, como por exemplo, a intranet.

9.0. CONCLUSÕES

Com base nas informações obtidas, neste trabalho, conclui-se que:

- **A rede intranet é uma tecnologia de fácil adaptação e bastante eficaz como mais um instrumento de comunicação entre as empresas;**
 - A linguagem e as características deste canal (intranet) pedem que haja uma especialização do profissional da mesma forma que os outros meios demandam. Para se trabalhar com o meio virtual, é preciso conhecer suas especificidades adaptando-as às características do público-alvo que se quer atingir.
 - As relações públicas se mostram, cada vez mais, como gestoras do processo comunicacional, selecionando os melhores meios e instrumentos para alcançarem seus públicos de forma efetiva e positiva.
 - A rede intranet acaba por ser um meio mais barato e acessível às organizações, com a vantagem de que as barreiras geográficas se tornam a cada dia mais transponíveis e inexistentes e as relações públicas têm condições de se valer dela para exercer uma comunicação simétrica, a partir de aplicativos que permitem personalização e interatividade maiores que os demais meios.
 - A Internet funciona nos dias de hoje como uma vitrine virtual de exposição institucional, e para as empresas sobreviverem aos desafios será necessário não só a adoção de uma política bem definida de recursos humanos e uma estrutura de comunicação profissionalizada e integrada ao processo de decisão, como também, a incorporação de novos valores, processos de gestão - incluindo a importância das pessoas e uma constante avaliação dos efeitos comunicacionais.
- Sendo assim, esses são os desafios com que se defrontam hoje

os administradores. Com isso ganha força à necessidade das pessoas, da cultura e da comunicação reconhecendo este tripé como fundamental para o sucesso da organização. Diante do contexto, este trabalho apresentou um embasamento teórico e prático sobre o uso da intranet, a gestão de pessoas, a cultura organizacional e a comunicação empresarial, apontando com ênfase na necessidade da interrelação das respectivas áreas, tudo isto com intuito de que este estudo se constitua em uma base de referência para futuras pesquisas.

10.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Clara Jobst de. A internet e a comunicação empresarial: um estudo da importância da presença das empresas na rede. 2003.

AURELIO, Marco. Tudo sobre intranet, 2005. Disponível em: http://www.malima.com.br/article_read.asp?id=91. acesso em: 18/06/2008.

AZEVEDO, Douglas Jose Peixoto. Tecnologia da intranet. 2005 Disponível em: http://www.malima.com.br/article_read.asp?id=250. acesso em: 18/06/2008

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação? 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BUENO, Wilson da Costa. A auditoria de imagem na mídia como estratégia de inteligência empresarial. Revista Comunicação & Sociedade, nº 32, p. 12-28, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. A comunicação como espelho das culturas empresariais. Revista IMES - Comunicação, ano I, nº 1, jul/dez 2000.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial - teoria e pesquisa. São Paulo: Manole, 2003.

CABESTRÉ, Sonia Aparecida; GRAZIADEI, Tânia Maria; e CRUZ, Luciane Miranda de Faria. Inteligência competitiva no contexto digital - a utilização do sistema intranet como facilitador dos

relacionamentos no ambiente organizacional. Trabalho apresentado ao núcleo NP-05, de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2004.

CEBRIÁN, Juan Luís. A rede - como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1999.

COOPERS & LYBRAND. Remuneração estratégica. In.: WOOD JR, Thomaz e PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 31-37.

CUSTODIO, Eliana. A importância da internet. Disponível em: <http://www.al.senac.br/noticias625.asp>. Acesso em: 18/06/2008

DEITOS, Maria Lucia Melo de Souza. A gestão da tecnologia da informação nas organizações de serviços contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 158, março/abril 2006

DORNELLAS, José C. A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

FREITAS, Fábio e LUCAS, Luciane. Desafios contemporâneos em Comunicação. São Paulo: Summus, 2002.

GUEDES Larissa. A importância dos meios digitais na comunicação empresarial, 2006. disponível em: <http://ecomunicacao.wordpress.com/2006/11/07/a-importancia-dos-meios-digitais-na-comunicacao-empresarial>. acesso: 18/05/2008

KUNSCH, Margarida M. K. Relações públicas e modernidade. São Paulo: Summus, 2001.

LEVINE, Jonh Carol e YONG, Margareth Levine. Internet Dummies.

5ºed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MENDES, Alexandre. Conceituando intranet. Disponível em http://imastrs.uol.com.br/artigo/3761/intranets/conceituando_intranet/. Acesso em: 06/05/2008.

NASSAR, Paulo e FIGUEIREDO, Rubens. O que é comunicação empresarial? São Paulo. Brasiliense, 1995.

NASSAR, Paulo. Tudo é comunicação. São Paulo: Lazuli, 2003.

PINHO, J. B. Relações públicas na internet: técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse. São Paulo: Summus, 2003.

PRESSMAN, R. Engenharia de software. 6ºed, São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SHERMERHORN, Jr., John R. et al. Fundamentos de comportamento organizacional. Porto Alegre. Bookman, 1999.

SHWEZ, N: Oratória para profissionais da contabilidade. Porto Alegre: Sucesso, 2000.

SILVA, Vagner de Carvalho. Realidade virtual como instrumento de Relações Públicas na comunicação com os públicos. Trabalho apresentado ao núcleo NP-05, de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2004.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação - organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002

TORQUATO. Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson, 2000.

VASCONCELLOS, Isabella et al. Paradoxos culturais na gestão de pessoas: cultura e contexto em uma cooperativa agro-industrial. RAE eletrônica, v. 03, nº 01, art. 11, jan/jun/2004.

A PUBLICIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO E A PRIVATIZAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO

Renato Maso Previde.

Advogado em Franca-SP.

Mestre em Direito Privado e Pós-graduado lato sensu em Direito Processual Civil pela
Universidade de Franca,

Professor da especialização em Direito Público da Universidade de Franca, da
Universidade Federal de Uberlândia - UFU e da graduação do Instituto Municipal de
Ensino Superior de Bebedouro "Victorio Cardassi".

RESUMO

Em um primeiro momento, acreditamos que a origem do Direito foi celebrada com a instituição do Direito Público, tendo em vista a grande importância que, atualmente, a Constituição Federal exerce sobre o povo. No passado a Constituição dos países era simbólica, ou seja, era apenas uma possibilidade de resolução do conflito que poderia ser empregada ou não. Atualmente, a Constituição Federal adere à interpretação evolutiva (Teoria da Mutação Constitucional Informal), onde alguns conceitos de direito privado passaram a ter o conteúdo de direito público também, operando o direito institucional.

PALAVRAS-CHAVES: direito público, direito privado e direito institucional.

ABSTRACT

A first moment, we believe that the origin of the Right was celebrated with the institution of the Public law, in view of the great importance that, currently, the Federal Constitution exerts on the people. In the past the Constitution of the countries was symbolic, that is, it was only one possibility of resolution of the conflict that could be used or not. Currently, the Federal Constitution adheres to the evolutiva interpretation (Theory of the Informal Constitutional Mutation), where some concepts of private law had started to also have the content of public law, operating the institucional right.

KEY WORDS: Public law, institucional private law and right.

1.0. INTRODUÇÃO.

Desde que o Homem começou a estabelecer sua convivência através de um vínculo com outros da mesma espécie, deparou-se com a vida em sociedade e, a partir deste momento, tomou para si a preocupação e a necessidade da criação de uma série de regras para a harmonização de tal vivência até então desconhecida.

Assim, tal acontecimento fez nascer uma concepção prévia do conceito de Direito, uma vez que as noções de regras ainda eram um tanto quanto ausentes de conteúdo amplo e técnico, pois diziam respeito somente a acontecimentos rotineiros daquele convívio.

Com o passar dos tempos, o Direito evoluiu de diversas formas, adquirindo um conteúdo vago e ambíguo¹, além do caráter sacro para os gregos, romanos e até mesmo durante a Idade Média, existindo a partir de tal momento uma diferenciação quanto a esta característica, mas permanecendo, ainda.

Com o advento da Idade Moderna há o rompimento do conteúdo sacro com a noção de Direito, bem como em relação à *prudencia*, passando a ser mais técnico e objetivo. Nasce a teoria jusnaturalista².

No século XIX, a mutabilidade do Direito passa a ser a regra e sua consolidação passa a ser a exceção. É a positivação do Direito³.

Desta forma, a Idade Moderna originou ideais revolucionários sobre o conceito de Direito, consolidando-os no século XIX, trazendo ao Homem o conhecimento do Direito Privado e do Direito Público.

Em um primeiro momento, acreditamos que a origem do Direito foi celebrada com a instituição do Direito Público, tendo em vista a grande importância que, atualmente, a Constituição Federal exerce sobre o povo como um meio absoluto de existência do direito capaz de emanar certezas tão constantes sobre o cotidiano dos cidadãos, que acabaram por denominar tais normas por cláusulas pétreas, sendo uma forma de preservá-las.

No entanto, no passado a Constituição dos países era algo meramente simbólico como um conjunto de normas que entregariam à sociedade apenas um norte sobre determinado assunto, ou seja, apenas uma possibilidade de resolução do conflito que

1 FERRAZ JR. Introdução ao estudo do direito. Técnica, decisão, dominação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994, 142.

2 Idem, p. 72.

3 Ibidem, p. 75.

poderia ser empregada ou não, sendo, portanto, algo distante do existente nos dias atuais.

2.0. DESENVOLVIMENTO.

Norberto Bobbio⁴ destaca que o Direito surgiu inicialmente para regular o cotidiano do indivíduo em sua essência, através dos regramentos de sua intimidade e de sua vida privada.

No presente caso, temos que os núcleos importantes constantes do parágrafo citado acima são: intimidade e vida privada.

Na lição do mestre Alexandre de Moraes⁵: "Os conceitos constitucionais de intimidade e vida privada apresentam grande interligação, podendo, porém, ser diferenciados por meio de menor amplitude do primeiro, que se encontra no âmbito de incidência do segundo. Assim, o conceito de intimidade relaciona-se às relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa humana, suas relações familiares e de amizade, enquanto o conceito de vida privada envolve todos os relacionamentos da pessoa, inclusive os objetivos, tais como relações comerciais, de trabalho, de estudo etc."

Por intermédio da lapidar lição exposta acima, podemos concluir que o conceito de intimidade caracteriza-se pelo foro íntimo da pessoa, restringindo o conceito às questões basilares da conduta do indivíduo em relação à sua família e amigos mais próximos, enquanto a vida privada deve ser entendida como as ambições da pessoa frente às expectativas geradas em razão de relações exteriores à esfera íntima do indivíduo, ou seja, são as relações do indivíduo com o mundo exterior, onde questões pessoais não são versadas.

Desta distinção poderemos entender melhor que o Direito Privado é antecessor ao Direito Público, tendo em vista que as relações entre cidadãos possuíam uma maior urgência para serem estipuladas por resultar em ganhos imediatos de satisfação financeira e familiar firmados na individualidade de cada um.

Assim, o Direito Privado se difundiu através do Império Romano pelos institutos principais: família, propriedade, testamento e contrato.⁶

4 BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

5 MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação interpretada. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 224.

6 Op. cit., p. 21.

Pelos institutos expostos acima, podemos compreender o fundamento da prevalência do Direito Privado sobre o Direito Público em um determinado momento da história, pois a família e o testamento necessitava de uma ordenação por representar a intimidade do cidadão, bem como a segurança jurídica deste frente a sociedade ao exteriorizar os atos ensejadores destes institutos em sua vida privada.

Quanto à propriedade e ao contrato era essencial o regramento da atividade econômica do cidadão que traria vantagem patrimonial, uma vez que nesta época o comércio já possuía forte expansão e a riqueza necessitava ser melhor regulada, justamente para a satisfação do mercado frente a circulação de capitais de forma mais segura e dinâmica.

Os séculos XVIII e XIX foram fielmente retratados pelo Código de Napoleão (1804), bem como pelo Código Alemão ou também denominado de Código Burguês. Esse documento histórico traz a noção de contrato intimamente ligada à de propriedade, como resposta aos anseios capitalistas.

Essa nova concepção do contrato, que buscava sua justiça e equilíbrio na plena liberdade das partes contratantes e que atravessou praticamente incólume todo o século XIX, pode ser bem resumida na afirmação de Fouillée: *Toute justice est contractuelle; qui dit contractuel, dit juste*. (Toda justiça é contratual; quem diz contratual, diz justo).

Desta forma, apenas com o surgimento do Estado de Direito e posteriormente do Estado Moderno com o *Welfare State* ou *Wohlfahrt-Staat*⁷, do direito alemão, que o Direito Público foi originado⁸ e passou a ganhar espaço com o passar do tempo com a demonstração de que apenas a regulação dos interesses individuais já não suportariam as necessidades da população, principalmente tendo em vista o êxodo para os centros urbanos.

Desmorona o chamado *Estado-príncipe*, onde questões trazidas por seus cidadãos não tinham grande relevância, pois o que importava era apenas a existência do detentor do poder (príncipe) que, através de atitudes arbitrárias, dispunha sobre a sua vontade, relegando os anseios do povo por não estar limitado à observância de normas.

7 Idem, p. 43.

8 Ibidem, p. 22.

O Estado de Direito passou a representar a dependência da atuação do Estado, segundo os ditames estabelecidos por normas jurídicas.

A alteração veio trazer uma isonomia nas relações entre o Estado e seu povo, pois, não apenas os indivíduos deviam seguir as normatizações das Leis, mas também a própria administração pública passa a ter os seus atos vinculados a dispositivos legais.

Assim, surgiram vários requisitos essenciais que deveriam ser estabelecidos e obedecidos pela administração pública, tendo em vista os seus deveres de moralidade, impessoalidade, publicidade e do já mencionado Princípio da Estrita Legalidade, devendo ser observado perante os seus.

Vale dizer e reforçar, o Estado passou a desempenhar e atuar somente quando determinada Lei o autorize à prática ou não de determinado ato, enquanto o cidadão só é coibido da prática de determinado ato quando a Lei o proíba.

Portanto, temos a queda do Poder Arbitrário e o nascimento de um novo poder, denominado de Poder Discricionário.

O Mestre Hely Lopes Meirelles alerta sobre o lapso de entendimento que pode ser causado sobre o conceito de Poder Discricionário e Poder Arbitrário. Textualmente: “Convém esclarecer que poder discricionário não se confunde com poder arbitrário. Discricionariedade e arbítrio são atitudes inteiramente diversas. Discricionariedade é liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei; arbítrio é ação contrária ou excedente da lei. Ato discricionário, quando autorizado pelo Direito, é legal e válido; ato arbitrário é sempre ilegítimo e inválido. Mais uma vez insistimos nessa distinção, para que o administrador público, nem sempre familiarizado com os conceitos jurídicos, não coverta a discricionariedade em arbítrio, como também não se arreceie de usar plenamente de seu poder discricionário quando estiver autorizado e o interesse público o exigir.”⁹

Posto isto, considero que a partir da Idade Moderna, o Direito Público experimentou um crescente de suas noções frente à sociedade, juntamente com o Direito Privado, representado através da Teoria da Autonomia da Vontade. Entretanto, no final do século XX, o Direito Privado sofreu o declínio de tal teoria e, conseqüentemente,

9 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 103.

ocasionou o fortalecimento do Direito Público, representado pelos conceitos de ordem pública e interesse social.

Tal assertiva exposta acima pode ser demonstrada através da análise do Código Civil de 1916, pois, se este código já entrava em vigor não em plena consonância com a vida da época, tendo em vista sua elaboração ter ficado adstrita à obra de pesquisa do Professor Coelho Rodrigues, iniciada em 1889, que serviu como a um molde a ser trabalhado pelo Professor Clóvis Beviláqua¹⁰, somos testemunhas de suas limitações no início do século XXI com a repetição de teorias originadas no século XVIII

Devemos notar que o século XVIII foi marcado pela ideologia liberal como uma forma de determinar contratualmente as obrigações que deveriam ser satisfeitas pelas partes contratantes, sendo independente a questão do prejuízo, vício ou excessiva onerosidade que uma das partes assumiria.

Segundo Antônio Celso Fonseca Pugliese¹¹, citando os ensinamentos de Antônio Hernandes Gil, sustenta existirem três princípios em razão da autonomia da vontade. São os seguintes:

a) princípio da *libre conclusión o celebración del contrato*, o contrato é concebido como um ato essencialmente voluntário;

b) princípio da *auto-regulación* defende a plena liberdade das partes para determinação do conteúdo do contrato, salvo limites formais e materiais criados por regras cogentes;

c) terceiro e último princípio sustenta que, se o contrato é celebrado com liberdade e se seu conteúdo é disposto pelo consentimento das partes, o pactuado passa a se tornar obrigatório e a constituir limite legalmente tutelado para a liberdade dos contratantes.

Desta forma, verificamos o conteúdo claro dos princípios destacados acima, ao exteriorizar realmente uma plena autonomia das partes, sendo irrelevante o excesso de onerosidade em relação a uma das partes, conforme já dito.

Esta concepção de Direito Privado decaiu com a prevalência da ordem pública e do interesse social, conceitos inerentes ao Direito Público moderno, onde o Estado passa a regular situações cotidianas dos indivíduos, demonstrando uma maior mesclagem dos dois ramos

10 MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 48.

11 PUGLIESE, Antônio Celso Fonseca. Teoria da imprevisão e o novo código civil. São Paulo: RT, 2004, v. 830, p. 12.

do Direito.

O declínio do Direito Privado em relação a esta relação contratual não ocorreu de forma imediata, mas através de grande debate envolvendo o Estado e os detentores de tais interesses, como exemplifica Pugliese ao ilustrar “do direito norte-americano da metade do século XIX os conhecidos *Truck Acts*, promulgados por diversos Estados da Federação para coibir abusos nas relações entre empresários e trabalhadores. Até o final da primeira década do século XX, leis como essas eram declaradas inconstitucionais pelos tribunais norte-americanos, sob o argumento de que constituiriam indevida intromissão do Estado na autonomia da vontade”.¹²

Assim, o Estado foi obrigado a tutelar os interesses da população menos favorecida para reequilibrar o poder econômico prejudicado pelo *crack* da bolsa de valores de 1916 e pela Primeira Guerra Mundial, sendo essencial o dirigismo contratual para a retomada do crescimento dos Estados.

Orlando Gomes ensina que tais alterações foram fruto das seguintes necessidades a serem observadas na teoria geral do contrato: “1.º a insatisfação de grandes estratos da população pelo desequilíbrio, entre as partes, atribuído ao princípio da igualdade formal; 2.º a modificação na técnica de vinculação por meio de uma relação jurídica; 3.º a intromissão do Estado na vida econômica”¹³

Desta forma, verificamos, através do exemplo ofertado sobre o declínio da teoria contratual acima exposta, de conteúdo notadamente individual, sendo característica essencial do Direito Privado, a ascensão do Direito Público a partir do momento em que o Estado verificou a necessidade em intervir nas relações individuais, conforme poderíamos ainda exemplificar com a instituição da responsabilidade objetiva, da função social da propriedade (artigo 5º, XXIII CF/88) e dos contratos (artigos 491 CC), das parcerias entre o ente privado e o público e tantos outros institutos que vieram regular e trazer uma relação de equilíbrio entre particulares.

No entanto, não entendemos tal mesclagem do Direito Público com o Direito Privado a ponto de acreditarmos que nos dias atuais passaria a inexistir sentido em realizar a distinção entre esses dois ramos, segundo ponderam alguns autores.

Acreditamos que devemos ministrar a teoria de que os dois

12 Idem.

13 GOMES, Orlando. *Contratos*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 4

ramos do Direito vêm perdendo o conteúdo de seus conceitos de acordo com o posicionamento de Calixto Salomão Filho¹⁴, onde leciona que há um esvanecer da distinção entre público e privado, sobretudo em certos campos como o do direito econômico.

Entretanto, tal entendimento deve ser limitado a impossibilidade de uma perda total da distinção, uma vez que conceitos inerentes a cada ramo ainda serão preservados, pois até mesmo essencial para a perpetuação, tendo em vista que o artigo 170, *caput* e parágrafo único da Constituição Federal transparece o convívio entre normas de Direito Privado e Direito Público ao estabelecer a livre iniciativa com o limitador da função social.

3.0. CONCLUSÃO.

Assim, teríamos nos ramos público e privado a ocorrência de institutos que destoam totalmente de cada área, bem como institutos que foram originados já com um conteúdo comum aos ramos, em que a interdisciplinaridade é clara ao englobar conhecimentos das duas áreas do Direito, por exemplo, a função social da propriedade, o direito concorrencial, a responsabilidade objetiva etc, em um primeiro plano, e as parcerias público-privadas, em um segundo.

Destes direitos originados em primeiro plano, conforme exposto acima, em comum com o Direito Público e Privado, temos a denominação de garantias institucionais ou *Schutzgesetze*, originado do § 823 Abs. 2 BGB (Código Civil Alemão), prevendo que quando uma lei assim o declarar, o simples descumprimento de suas regras gerará direito de indenização para o prejudicado, uma vez que o descumprimento ocorrerá ao mesmo tempo lesivo ao interesse coletivo e ao interesse individual.

É interessante notar que o conceito de *Schutzgesetz* desenvolvido para as garantias institucionais aplicadas ao campo privado é exatamente a consequência lógica da definição de garantias institucionais no campo do direito público. Com efeito, estas últimas devem ser defendidas no campo do direito privado quando for possível demonstrar que há afetação (dano) causado na esfera patrimonial individual.

Assim, repetimos que realmente existe uma privatização do

14 SALOMÃO FILHO, Calixto. Função social do contrato: primeiras anotações. São Paulo: RT, 2004, v. 823, p. 73.

público e uma publicização do privado, conforme já destacava Norberto Bobbio¹⁵, ocorrendo uma relação de interdisciplinaridade entre os dois ramos do Direito, mas também existindo distinções de conceito em outros institutos característicos exclusivamente de Direito Público e outros de Direito Privado.

4.0.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*; por uma teoria geral da política. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FERRAZ JR. *Introdução ao estudo do direito*. Técnica, decisão, dominação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação interpretada*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PUGLIESE, Antônio Celso Fonseca. *Teoria da imprevisão e o novo código civil*. São Paulo: RT, 2004, v. 830.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Função social do contrato: primeiras anotações*. São Paulo: RT, 2004, v. 823.

15 Op. cit., p. 26.

O LIXO E O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ – MINAS GERAIS

Aline Moraes, Camila Texeira, Christianne de Souza, Estefânia Aparecida Zica, Gabriel Otávio, Jussara Capanema, Natália de Campos, Roseli Rocha
Acadêmicos do Curso de Enfermagem da FACTU.

André Luiz Torres
Professor do curso de Enfermagem da FACTU

RESUMO

O lixo, ou como também é denominado, resíduos ou rejeitos, é considerado o subproduto das atividades econômicas e sociais de uma dada população; dessa forma o presente estudo, realizado através de pesquisas bibliográficas e de campo tem como objetivo determinar a relação entre o lixo e a sociedade e seus efeitos sobre o município de Unaí, Minas Gerais, sendo assim foi possível concluir que o lixo tem relação direta com o processo saúde-doença e que o referido município recolhe e acondiciona o lixo de maneira irregular, proporcionando assim riscos de contaminação à toda comunidade.

PALAVRAS-CHAVES: Lixo, Processo saúde-doença, Lixo de Unaí-Minas Gerais

ABSTRACT

The garbage, or as well as it is denominated, residues or rejeitos, the by-product of the economic activities is considered and social of a given population; in that way the present study, accomplished through bibliographical researches and of field he/she has as objective determines the relationship between the garbage and the society and their effects on the municipal district of Unaí, Minas Gerais, being was like this possível to conclude that the garbage has direct relationship with the process health-disease and that referred him municipal district collects and it conditions the garbage in an irregular way, providing like this risks of contamination to every community.

KEY WORDS: I Sand, I Process health-disease, Garbage of General Unaí-Minas

1.0. INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se uma era de consumismo exorbitante, e como consequência os rejeitos, ou com também é chamado popularmente, o lixo, subproduto das atividades econômicas e sociais de uma dada população, tem aumentado consideravelmente.

Esse aumento tem sido motivo de preocupação constante entre sociedade e governantes que vêem uma situação onde o lixo cresce sem um devido controle e armazenamento apropriado.

Porém, no que exatamente o lixo afeta a vida das pessoas?

Não só pessoas, como animais e ambiente estão em constante risco quando relacionados a lixos mal acondicionados; isto ocorre, pois o lixo quando exposto, causa inúmeros prejuízos à saúde tanto humana quanto animal e ambiental, ou seja, envolve inteiramente os âmbitos sociais.

1.1 OBJETIVO

O presente estudo, tem como objetivo estabelecer relações entre o lixo, seus diversos tipos e variáveis, com o processo saúde-doença, e apresentar como isto ocorre no âmbito municipal de Unai, Minas Gerais e região.

2.0. METODOLOGIA

Estudo realizado a partir de pesquisas bibliográficas e de campo, com visitas e entrevistas realizadas no município de Unai - Minas Gerais no período de 02/2008 e 03/2008.

3.0. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. O lixo e relação saúde-doença

Segundo VALÉRIA (2006), a relação saúde-doença é um processo de âmbito social, no qual é caracterizado pelas relações humanas e naturais, ou seja, a constante relação entre homens e meio-ambiente, envolvendo qualificações sociais, econômicas, culturais, políticas, epidemiológicas e históricas. Com tudo isto envolvido no termo saúde, tem-se atualmente uma nova designação: saúde social,

onde “a epidemiologia social leva para a mesa de discussões questões locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais” (VALÉRIA, 2006).

Portanto, conforme o autor já referido, toda atividade social está diretamente ligada ao processo saúde-doença, como, migrações da pobreza, desemprego, desnutrição, catástrofes ambientais, entre outros, inclusive e principalmente o lixo.

Segundo MACHADO (2004), o lixo, denominado como resíduos e rejeitos podem se apresentar de três formas: líquidas, gasosas e sólidas, sendo a última a mais freqüente e preocupante, uma vez que o capitalismo e o consumo em larga escala tem levado a um crescimento exponencial de resíduos sólidos.

No entanto, o que preocupa não é o fato de haver lixo, mas sim as proporções quantitativas e a forma de descarte, armazenamento, tratamento e depósito deste. Todos os fatores citados são de total relevância a fim de propiciar um lixo não danoso, nem agravante a saúde e ao ambiente.

Apesar de muitas pessoas pensarem o contrário, o lixo não deve ser considerado apenas como restos dispensáveis do cotidiano; segundo MACHADO (2004), os resíduos e rejeitos são subprodutos das atividades econômicas e sociais de uma dada população. E por isso se não eliminados adequadamente podem causar inúmeros prejuízos à saúde, através da contaminação do solo, ar, água, dos alimentos e principalmente do contato direto com as pessoas e animais.

Em função disto, atualmente tem-se empregado normas de como fazer o descarte do lixo, considerando sua origem, classificação, localidade, características físicas e quantitativas.

Uma situação que ocorre com freqüência é o índice cada vez maior de acidentes e problemas de saúde, principalmente com populações carentes que dependem diretamente do lixo para sobreviver; isto ocorre devido ao mau armazenamento do lixo, que na maioria das vezes não é separado e descartado adequadamente.

Apesar das leis estabelecidas para uma adequada eliminação do lixo, muitas vezes ou quase sempre é possível notar o desprezo das mesmas, uma vez que a população e governantes em geral não têm se mostrados empenhados em cumprir seu papel diante da precária situação do descarte do lixo.

Conforme MACHADO (2004), e como citado anteriormente,

o lixo envolve âmbitos sociais e econômicos. Econômico, pois o lixo é praticamente na sua totalidade reaproveitável, porém todo seu potencial econômico é perdido quando este não tem uma adequada eliminação. Social, pois, uma vez eliminado de forma errônea, o lixo se transforma em um disseminador de doenças.

Pode-se notar, então, que em todos os âmbitos o lixo se apresenta como um problema no que diz respeito ao seu descarte inapropriado. Este fato leva a um impasse, onde se indaga qual seria o causador ou responsável deste problema, os governantes, a própria população ou ambos.

3.2. Doenças relacionadas ao lixo

Segundo REDE PITAGÓRAS (2003), os catadores, os moradores das proximidades e até mesmo animais próximos ao lixo, estão expostos a uma série de doenças.

Em situações normais, essas doenças não existiriam ou seriam facilmente evitadas com vacinas e cuidados simples. Mas ao lidar com restos de comida, cacos de vidro, ferros retorcidos, plásticos, pontiagudos e despejos com resíduos químicos, essas pessoas podem ser acometidas por vários males que estão ligados ao lixo.

Nos resíduos sólidos, os microrganismos causadores de doenças sobrevivem por dias e até meses, como é o caso do bacilo da tuberculose. Em todo Brasil, a falta de saneamento, a ausência na maioria dos municípios de coletas de lixo de qualidade e a convivência direta com o lixo faz explodir o número de casos de algumas epidemias.

Conforme o ATLAS DE FISIOPATOLOGIA (2004), entre as doenças relacionadas ao lixo destacam-se:

Salmonelose

- ♦ É uma infecção bacteriana causada pela *Salmonella typhii*. Sua contaminação ocorre pelo contato direto ou indireto com fezes e urina dos pacientes. Os principais veículos são a água e os alimentos contaminados. Suas características são: inflamação e ulceração dos gânglios linfáticos do intestino, febre cíclica, distúrbios nervosos e intestinais e pequenas manchas rósea no abdome.

Cólera

- ♦ Infecção intestinal aguda grave com vômitos, dores abdominais diarreia profunda, seguida de desidratação e sudorese, causada pelo *Vibrio cholerae*. A forma de contaminação acontece pela ingestão de água e alimentos contaminados por fezes e vômitos dos pacientes.

Leptospirose

- ♦ Seu agente etiológico é a *Leptospira*, é uma doença infecciosa que causa calafrios, febre alta, dores musculares, articulares e de cabeça. Podem ocorrer complicações, como lesões renais, icterícia e anemia. A contaminação ocorre por ingestão de água e alimentos contaminados pela urina de rato, cães e outros animais que são reservatórios naturais.

3.3. Coleta seletiva e reciclagem

Segundo COSTA (2007), a coleta seletiva consiste na atividade de selecionar o lixo para que ele seja enviado pra reciclagem, termo no qual é utilizado para designar o reaproveitamento de materiais beneficiados como matéria-prima para um novo produto.

3.3.1. Vantagens da reciclagem

Conforme PATRULHA ECOLÓGICA (2003), as maiores vantagens da reciclagem são a minimização da utilização de fontes naturais, muitas vezes não renováveis; e a minimização da quantidade de resíduos que necessita tratamento final, como aterramento, ou incineração.

Em todos os campos, ambiental, econômico e social, os resultados da reciclagem são expressivos.

Conforme DAROLT, M.R. [et. al.]. (1996), no meio-ambiente a reciclagem pode reduzir o acúmulo progressivo de lixo, a produção de novos materiais, como por exemplo, o papel, que exigiria o corte de mais árvores; as emissões de gases como metano e gás carbônico; as

agressões ao solo, ar e água; entre outros tantos fatores negativos.

No aspecto econômico a reciclagem contribui como forma de reaproveitamento dos recursos naturais.

No âmbito social, a reciclagem não só proporciona melhor qualidade de vida para as pessoas, através das melhorias ambientais, como também tem gerado muitos postos de trabalho e rendimento para pessoas que vivem nas camadas mais pobres.

No entanto, o manuseio de lixo deve ser feito de maneira cuidadosa, para se evitar a contaminação de pessoas e animais.

3.4. Lixo hospitalar

Segundo FONSECA (2003) compreende-se como lixo hospitalar descartado por hospitais, farmácias, clínicas veterinárias (algodão, seringas, agulhas, restos de remédios, luvas, curativos, sangue coagulado, órgãos e tecidos removidos, meios de cultura e animais utilizados em testes, resina sintética, filmes fotográficos de raios X). Em função de suas características, merece um cuidado especial em seu acondicionamento, manipulação e disposição final. Deve ser incinerado e os resíduos levados para aterro sanitário.

Dentre todas as classes de lixo existentes, o lixo hospitalar pode ser considerado como sendo o mais perigoso já que em maior parte trata-se de resíduos infecciosos que podem comprometer tanto a saúde pública quanto o meio ambiente, ressaltando que este tem seu manejo específico cujo as etapas são: classificação de resíduos, segregação, acondicionamento, identificação, coleta interna, armazenamento de resíduos, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, área de higienização, coleta e transporte externos, tratamento e disposição final.

3.5. Limpeza urbana

Segundo SIMONETTO (2006), os **resíduos sólidos urbanos** vulgarmente denominados por **lixo urbano**, são resultantes da atividade doméstica e comercial das povoações. Estima-se que cada pessoa produza, em média, 1,3 kg de resíduo sólido por dia. A coleta destes pode ser Indiferenciada ou Seletiva, após a coleta, o lixo comumente pode ser encaminhado para três lugares: um aterro sanitário, uma unidade de incineração ou uma unidade de Valorização e Tratamento de Resíduos.

3.6. Limpeza rural

Segundo IBGE (2000), quem vive no espaço urbano pode ter a falsa impressão de que no meio rural, que concentra apenas cerca de 19 % da população, o problema do lixo é insignificante. Os resíduos da produção vegetal e animal podem gerar uma quantidade de lixo muito significativa.

“Entre as famílias residentes nas áreas rurais, 60,6% não contam com serviços de abastecimento de água e cerca de 80% informam não dispor de serviços de coleta de lixo.” (DAROLT 2006).

O trabalho de coleta de lixo na área rural ainda é insuficiente, atingindo apenas 13,3% dos domicílios brasileiros IBGE (2000).

Segundo IBGE (2000), o lixo proveniente do meio rural é gerado em quantidades significativas, ao contrário do que muitos pensam, alguns tipos não despertam cuidados e podem causar sérios danos ao ambiente da propriedade e ao próprio organismo humano, por conter elementos químicos.

4.0. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Lixo hospitalar em Unai –MG

Segundo pesquisa de campo realizada, observou-se que no município de Unai-MG, o lixo hospitalar é um grande problema, já que várias medidas foram solicitadas e implantadas, porém, logo pode-se afirmar que essas medidas não tiveram continuidade ou sucesso, haja vista que o lixo hospitalar em grande maioria está sendo depositado em uma vala, que pelos vestígios a muito tempo está a céu aberto, onde além de lixo hospitalar existe lixo de todas as classes, e um grande acúmulo de água de chuva e churume (Lixo em decomposição).

Porém, vale ressaltar que no lixão foi avaliado apenas a deposição final do lixo hospitalar do município em questão.

4.2. Limpeza urbana em Unai – MG

Segundo o Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Unai, sempre existiu o serviço de limpeza urbana em toda a cidade, no entanto não existe coleta seletiva, embora o serviço de coleta de lixo

ocorra diariamente. No centro da cidade a coleta de todo lixo e a varredura das ruas são feitas todos os dias, a varredura durante a noite e a coleta tanto noturna quanto diurna. Nos outros bairros a coleta é feita duas vezes por semana e as ruas são limpas durante o dia. Esse serviço é realizado por aproximadamente 400 pessoas que têm somente botas e luvas fornecidas pela prefeitura como equipamento de segurança. Segundo IBGE - contagem 2007 no município há 74.495 habitantes e cerca de 40 toneladas de lixo é recolhido diariamente, todo lixo é destinado a um lixão, que funciona como aterro controlado, que ainda não é totalmente eficaz, principalmente no período chuvoso, segundo um funcionário da prefeitura.

Não existe nenhum tipo de tratamento ou seleção do lixo relacionado à limpeza urbana. O que existe são pequenas cooperativas particulares de coleta e seleção, onde os catadores fazem esse trabalho dentro do próprio lixão. Esta coleta é realizada sem nenhuma segurança ou orientação para evitar e prevenir a contaminação de doenças.

4.3 Limpeza rural em Unaí – MG

Em entrevista com o Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos: **Olímpio Antunes Ribeiro Neto** da Prefeitura Municipal de Unaí MG, sobre a Limpeza Rural do município, foi relatado que nos distritos Garapuava, Palmeirinha e no próprio município de Unaí, a coleta de Lixo Rural sempre foi feita diariamente, em carroças, por pessoas contratadas pela prefeitura ou funcionários efetivos da mesma. Nesse lixo não é feita nenhuma seleção e o destino final dele é o lixão, o qual todo distrito do município se dispõe de um lixão independente. Segundo o Secretário, quanto as embalagens de agrotóxicos, estas não são coletadas pela Prefeitura e sim os próprios proprietários ficam responsáveis em encaminhar as mesmas para as Cooperativas do município.

4.4 Funcionamento do lixão do município de Unaí - MG

Segundo as informações fornecidas pela Gerência Regional de Saúde-GRS e a Prefeitura Municipal de Unaí - Minas Gerais, o lixo do município é coletado e depositado em um local denominado lixão, sendo encontrado de maneira irregular; irregularidades estas

constadas a partir de entrevistas e pesquisas de campo realizada pelos integrantes do presente trabalho no dia 13 de março de 2008 às 9 horas e 30 minutos onde o mesmo encontrava-se em terrível estado, constatando-se que o lixo no local é queimado com frequência, não há o escoamento e a captação do churume misturado à água de chuvas, valas sépticas não são aterradas, além de presença de restos de animais por toda a área; todas estas irregularidades agravam ainda mais a situação, pois além do odor, há a poluição do ar no local e na região circundante e condições favoráveis à proliferação de vetores, como moscas, mosquitos e outros tipos de riscos à saúde.

De acordo com informações fornecidas pela GRS, atualmente, não pode-se considerar que o município de Unaí possui um lixão, mas sim um aterro controlado onde é feito valas para ser enterrado o lixo de forma seletiva; no entanto ao ser observado na prática, a realidade é contrária, pois a situação e as condições do local permanecem as mesmas.

Segundo relatos de funcionários da Secretaria de Obras da Prefeitura do município, espera-se que em 2009 seja instalado na cidade o aterro sanitário, sendo o ideal, pois garante a segurança sanitária para a população.

5.0. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, conclui-se que a disposição final dos resíduos e rejeitos deveria ser de forma adequada ao ponto de não gerar riscos e agravantes à saúde da população ou comunidade em questão.

Isto se faz através da devida colaboração da própria população e governantes, que têm como responsabilidade separar, recolher, armazenar e reaproveitar, de forma adequada, o lixo, conforme suas características e classificações.

No entanto, o município de Unaí, Minas Gerais é um exemplo que reflete outros inúmeros municípios, onde a realidade é contrária à situação ideal, sendo de maneira totalmente desordenada, uma vez que, apesar do recolhimento diário do lixo o seu acondicionamento e tratamento são inadequados, diante do ambiente onde é disposto e da dimensão da população do município, sendo esta muito abrangente. E com tudo isso a comunidade e o meio ambiente ficam a mercê de riscos de contaminação, não oferecendo condições favoráveis à saúde, economia e cultura do município.

6.0.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DE FISIOPATOLOGIA. Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, Nébel da, COSTA JR., Newton da, LUNA, Mônica et al. Planejamento de programas de reciclagem de resíduos de construção e demolição no Brasil: uma análise multivariada. Eng. Sanit. Ambient., out./dez. 2007, vol.12, no.4, p.446-456.

DAROLT, M.R. Lixo Rural: do problema a solução, Lixo rural: entrave, estratégias e oportunidades. Revista eletrônica de jornalismo científico. São Paulo, 2006.

DAROLT, M R. [et. al.]. Percepções sociológicas de rotas do lixo reciclado em Curitiba – PR. In: Jornada científica sobre o meio ambiente, II resumos. Curitiba: USPR – NINAD/grupo montevidéo/UNESCO, 1996.

IBGE. Senso demográfico de 2000. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 04/03/2008.

MACHADO, H. M. J., GONDIM, M. de M. G., ROJAS, I. L.. Trabalho e ambientes saudáveis Unidade II. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2004. (Programa de formação de agentes locais vigilância em saúde).

PATRULHA ECOLÓGICA. Reciclagem e Coleta seletiva. Disponível em : <http://www.patruhaecologica.org.br/reciclagemcoletaseletiva.htm>. Acessado em 03/03/2008.

REDE PITÁGORAS. Reino monera – Fascículo para ensino médio. Belo Horizonte, 2003.

SIMONETTO, Eugênio de Oliveira e BORENSTEIN, Denis. Gestão operacional da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: abordagem utilizando um sistema de apoio à decisão. Gest. Prod., set./dez. 2006, vol.13, no.3, p.449-461.

VALÉRIA, M. Epidemiologia Social. Recanto das letras. Rio de Janeiro, 06/09/2006. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/resenhasdelivros/234196>. Acessado em 11/03/2008.

ANEMIA FALCIFORME: DESAFIO PARA A SAÚDE PÚBLICA

Amélia Maria Alves Rodrigues

Mestre em Ciências da Educação Superior. Professora de Língua Portuguesa da FACTU.

Adão Francisco Ribeiro

Acadêmico de Curso de Enfermagem da FACTU.

RESUMO

Desde a abordagem sobre a conjuntura histórica da Anemia Falciforme trazida pelos africanos para o Brasil, até a última década, pouco podia se fazer para melhorar as condições de vida dos pacientes, estando estes destinados a sofrer diversas intercorrências e a apresentar uma baixa expectativa de vida.

Os avanços na ciência têm sido notório, tanto em nível de citogenética e de diagnóstico, como também, no que se refere ao tratamento de complicações causadas pela doença falciforme. Além disso, as recentes pesquisas em busca de drogas capazes de reduzir a falcilização das hemácias comprovam que há caminhos para erradicar a doença.

A presente pesquisa feita a partir de um estudo bibliográfico realizado com os acadêmicos do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – MG – FACTU, tem por objetivo analisar teorias e técnicas minuciosas, coletadas na pesquisa, para informar aos possíveis leitores de que uma pessoa, criança ou adulto, portadores da anemia falciforme, tendo alguns cuidados preventivos e sempre com acompanhamento médico especializado pode ter uma vida normal, junto à sociedade na qual se encontra inserido.

PALAVRAS - CHAVES: anemia , falciforme ,portadores , doença ,prevenção

ABSTRACT

Stretching from the juncture from the Anemia Falciforme carried chiefly by the Africans for its Brazil , as far as the last decade , little could in case that do for improving the conditions as of life of the patients , being these aimed at the one endure diverse intercurrance's and the one bring forward a short-bodied life expectancy.

The Advances at the expertise they had been noticeable, so

much well into class as of citogenética and as of diagnosis an well at the handling as of complications caused by peals Ailment Falciforme. Additionally , the new researches in pursuit of drugs able to abate the one falcilização of the hemácias evidence than it is to there are alleyways about to eradicate the ailment.

The one actual research feet from one en study bibliographical paid-up with the academics from the Drift as of Sickbay from the Faculty as of Expertise and Technology as of Unaí – MG – Factual , does have By objective analyse theories and techniques minuciosas colleted in the research , for informing to the feasible lecturers of what a person , child or adult , bearers from the Anaemia Falciforme, having a few Cautions cautionary and always along accompaniment medical especilazado you may have a life normal , close to the association wherein he lives.

KEY WORDS: anaemia ,falciforme, bearers ,ailment ,prevention

1.0. INTRODUÇÃO

Estudos científicos comprovaram que a anemia falciforme foi desenvolvida na África há milhões de anos, em seguida, estendeu-se a outros países. É considerada uma doença séria e comum de países que possuem temperatura elevadas, como é o caso do Brasil, onde em média 03 (três) a cada 100 (cem) pessoas apresentam algum traço característico dessa doença, e 01 (um) em cada 500 (quinhentos) negros brasileiros já nascem apresentando características sintomáticas da doença, e por ser originária de diversos países, principalmente da África, acredita-se que com a miscigenação tenha contribuído ainda mais para que a doença proliferasse com maior incidência entre a população brasileira, levando em conta que é também hereditária.

São vários os sintomas provocados pela anemia falciforme dentre eles destacam-se:

- deficiências em várias partes do corpo;
- fortes crises de dores no tórax, abdômen, nas articulações etc.

Esse tipo de anemia é uma doença que causa também diversas

infecções localizadas, como na garganta, nos pulmões, nos ossos, além de provocar úlceras na pele e outras mais, podendo levar até a morte se não for diagnosticado no início e feito um tratamento especial acompanhado por um médico especialista.

A anemia falciforme por ser uma anomalia na hemoglobina S, onde seus glóbulos vermelhos possuem a forma de foice; transfusões de sangue não resolvem o problema, porque a células ao produzirem a hemoglobina S, ficam sempre na mesma forma de foice.

Em se tratando da doença em criança pode ser detectada após o nascimento através do teste do pezinho e desde já recomenda iniciar o tratamento que pode ser feito com vacinas, hidratação do sangue com soro e outros. Mesmo assim, pode ocorrer a evolução da doença trazendo grandes problemas para os indivíduos portadores da anomalia, como necroses, priapismo, doença nos rins e em outros órgãos do corpo.

A pessoa portadora da anemia falciforme pode levar uma vida normal perante a sociedade em que vive, mas é fundamental o acompanhamento médico especializado (hematologista); não é uma doença contagiosa para que se tenha preconceito, por nenhuma das partes, nem pelo portador, e muito menos, por outras pessoas. Com a evolução da medicina, acredita-se que a doença poderá chegar à cura definitiva proporcionando uma vida melhor a todos portadores.

2.0. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DOENÇA FALCIFORME: UM PROBLEMA PARA A SAÚDE PÚBLICA

Apesar de a anemia falciforme ser a doença hereditária de maior destaque no Brasil, ela vem de uma expressão clínica da homozigose do gene da hemoglobina S, é uma anomalia genética que preocupa a saúde pública, principalmente nas regiões que receberam maciços contingentes de escravos Africanos.

Segundo PAIVA (2006), a anemia falciforme é a *doença hereditária de maior prevalência no Brasil* e de elevada morbidade decorrente da ineficiência do diagnóstico e do tratamento precoce, portanto *o principal desafio para os profissionais da área da saúde é de conseguir conscientizar e sensibilizar as autoridades responsáveis, especificamente pela saúde pública deste país, a*

reconhecerem que a anemia falciforme é um problema exclusivo das populações menos favorecidas economicamente e que deveria ser assunto prioritário de maior relevância para as políticas públicas brasileira. Por outro lado, é importante lembrar que, tradicionalmente, a anemia falciforme foi entendida como uma doença exclusiva de negros ou seus descendentes, portanto, à margem das prioridades, embora a maior incidência tenha sido na raça negra, há também incidência nos brancos descendentes do Mediterrâneo (Grécia, Itália etc.), Oriente Médio; os índios também podem apresentar à doença, diante do cenário, observa-se que a anemia é, e está propícia em qualquer tipo da raça humana.

Diante do lamentável quadro deduz-se que com a miscigenação racial, no Brasil, está gerando a continuidade desta anemia, conforme dados da Literatura Científica Brasileira, indica de uma forma clara e transparente, que a anemia é hereditária e isso no país constitui um grave problema para a saúde em especial para a pública.

2.2. DIAGNÓSTICO LABORATORIAL.

O diagnóstico laboratorial do traço da anemia falciforme é feito através da eletroforese de hemoglobinas. Quando é feita a triagem neonatal, o método eletroforético de escolha é o da focalização isoelétrica (IEF). Outro método também utilizado é a cromatografia líquida de alta performance (HPLC).

As técnicas laboratoriais permitem uma melhor separação das hemoglobinas, F (fetal), A e S. Deve-se lembrar que o recém-nascido apresenta altas concentrações de HB fetal (80%) e, portanto o resultado dos testes de triagem neonatal nos portadores do traço falciforme é HBFAS. Por isso, é importante à identificação do traço falciforme pela triagem neonatal, uma vez que o mesmo permite os aconselhamentos genéticos, informando ao portador dos riscos de vir a ter um filho doente.

A falcização das hemácias determinada além de causar anemia hemolítica crônica, é também a responsável pela obstrução de vasos sanguíneos, com crises de dor, enfartamento e necrose em diversos órgãos, como nos ossos, articulações, baço, pulmões, rins e outros. Trata-se de uma doença crônica, incurável, embora tratável, mas traz alto grau de sofrimento para os portadores, que merecem atenção

especial do ponto de vista médico, genético e psicossocial.

Nas últimas décadas a anemia falciforme tem sido objeto de estudos para muitos pesquisadores brasileiros, em termos de frequência populacional, e de manifestações clínicas bem como de seus aspectos, porém na saúde pública ainda tem sido pouco enfatizados, deve ser analisado a política de conscientização e divulgação para um melhor controle no seu tratamento.

Diante da situação ZAGO (2007), afirma que há uma estimativa do surgimento de 700 a 1000 (setecentos a mil) novos casos anuais de pessoas sintomáticas de doenças falciformes no país. Grande parte dessas pessoas não possuem condições econômicas para fazerem um tratamento adequado, por isso necessitam de ajuda dos órgãos do governo que caminham lentamente para atender as urgências da saúde das populações mais carentes.

Os objetivos que se enquadram em uma política nacional de saúde pública são:

- os baixos custos dos exames laboratoriais envolvidos na avaliação genética;
- identificar precocemente pessoas portadoras de hemoglobinopatias, dentre as quais se encontra a anemia falciforme;
- e fornecer atendimento adequado às populações menos favorecidas economicamente.

A afirmação de que a anemia falciforme é uma "doença de negros" faz parte da história da genética e dos movimentos sociais, especialmente a partir da década de 1940 com a identificação molecular da doença. As primeiras iniciativas em saúde pública no campo da anemia falciforme partiam desta certeza, o que justificou ações direcionadas à comunidade negra em vários países. A tal ponto este foi um dogma científico que extrapolou o universo da genética que os movimentos sociais passaram a utilizar a anemia falciforme como a doença-ícone para pressionar os sistemas de saúde, para lutar por políticas sociais focalizadas e, até mesmo, para defendê-la como marcador racial. O dado da maior prevalência da anemia falciforme entre negros passou a ser entendido politicamente como o marcador racial da negritude e que denunciava o descaso dos sistemas de saúde diante das demandas específicas da população negra. Este fenômeno ocorreu nos Estados Unidos nos anos 70 e, ainda hoje, com nuances socioculturais específicas, ocorre no Brasil. Somente para se ter uma

idéia do quanto este é um debate presente, em discussões recentes sobre como determinar a elegibilidade para as políticas universitárias de cotas para negros, aventou-se a possibilidade de considerar critério de inclusão o traço falciforme.

Mas, se por um lado, é verdade que a anemia e o traço falciforme apresentam maior prevalência entre negros e pardos no Brasil, constituindo-se assim um problema central à qualquer iniciativa em saúde voltada para estes grupos populacionais, não seria correta a afirmação de que esta é uma doença exclusiva destes grupos, tal como proposto no seguinte trecho e sugerido também em outras pesquisas: [...] *na área da saúde, o plano inclui preocupações com problemas específicos da comunidade negra, recomenda a prevenção de doenças transmitidas no ato sexual, controle de glaucoma e pressão alta, bem como da chamada anemia falciforme, detectada entre recém-nascidos de origem afro* [...]. Raros devem ser os profissionais biomédicos consultados que desconhecem o fato de a anemia falciforme não ser uma doença exclusiva de negros e pardos, o que torna ainda mais interessante à análise das razões que conduziram a este equívoco para os estudiosos. Uma possível explicação para o fenômeno é que a associação da anemia falciforme aos negros é um tema com forte impacto midiático, fortalecendo a expectativa sociológica de que a genética é uma informação sobre a gênese individual ou de grupos. Caso esta hipótese esteja correta, circunscrever a anemia falciforme aos negros e pardos significa também falar sobre suas origens e diferenças.

2.3. ANEMIA FALCIFORME E ANORMALIDADES.

A anemia falciforme é uma doença genética e hereditária, causada por anormalidade da hemoglobina dos glóbulos vermelhos do sangue, que são os responsáveis pela retirada do oxigênio dos pulmões, transportando-os para os tecidos. Esses glóbulos vermelhos perdem a forma discóide, enrijecem-se e deformam-se, tomando o formato de “foice”.

Os glóbulos quando deformados, alongados, nem sempre conseguem passar através de pequenos vasos, bloqueando-os e impedindo a circulação do sangue nas áreas ao redor. Como resultado causa dano ao tecido circunvizinho e provoca dor. O curso da doença é variável, pois há doentes que apresentam problemas sérios com mais

freqüência e outros têm problemas esporádicos de saúde.

Geralmente é durante a segunda metade do primeiro ano de vida de uma criança que apareceram os primeiros sintomas da doença, no entanto em alguns casos é comum a doença manifestar até a idade escolar, porém é raro isso ocorrer.

A pesquisadora OLIVEIRA (2007), desenvolveu vários estudos e conseguiu comprovar cientificamente que a prevenção é a solução para a não proliferação da doença e deve ser algo de foro íntimo de cada pessoa de cada casal, quando desejar ter ou não mais filhos, que conseqüentemente serão portadores de um gene que desenvolve a anemia falciforme ou mesmo o filho nasce falcêmico. Nesta situação o conceito de prevenção da anemia falciforme é próprio de uma tarefa quase que genocida.

3.0. MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS DA ANEMIA FALCIFORME NA INFÂNCIA

Houve uma acentuada redução da morbidade e mortalidade com os testes de screening, disponíveis para o diagnóstico em recém nascidos. A incidência de septicemia por pneumococos e por H, diminuiu por conta do uso profilático de penicilina desde o nascimento e pela introdução, no momento adequado, da vacina contra esses patógenos.

Uma nutrição apropriada pode propiciar ganhos de peso e altura ideais dessas crianças e um seguimento adequado pode identificar prontamente as complicações, como lesão da retina e envolvimento renal, possibilitando um tratamento rápido e eficaz. Devido às complicações graves mais freqüentes, como a crise de seqüestro esplênico, é importante reconhecer as crianças portadoras dessa hemoglobinopatia o mais precocemente possível.

As formas de apresentação mais comuns da anemia falciforme são: a doença homozigótica (hemoglobinopatia SS), hemoglobinopatia heterozigótica SC e as formas heterozigóticas siclemia/b-talassemia (microdrepanocitose).

Na anemia falciforme homozigótica, a criança herda o gene S do pai e da mãe. Na hemoglobinopatia SC, um gene vem de cada genitor. Em ambos os casos, não há formação de hemoglobina normal (hemoglobina A). Nas formas heterozigóticas siclemia/b-talassemia, uma mutação do gene bA pode resultar tanto na incapacidade total na

produção da cadeia de globina bA (b0) quanto em uma redução na sua produção (b+). A criança com microdrepanocitose herda o gene S de um genitor e o gene da b-talassemia de outro.

A porcentagem de hemoglobina normal nas crianças com microdrepanocitose (geralmente menos de 30% de hemoglobina A) torna o quadro clínico mais ameno. Geralmente essa é a forma mais leve de anemia falciforme, seguida pela hemoglobinopatia SC. A hemoglobinopatia S homocigótica e a siclemia/talassemia b0 tem quadros clínicos comparáveis. Pessoas com traço siclêmico, geralmente, têm mais de 50% de hemoglobina normal. Esses pacientes são, geralmente, assintomáticos, exceto sob certas circunstâncias.

A anemia falciforme pode ser diagnosticada em recém-nascidos, assim como em qualquer outra idade, por meio da eletroforese de hemoglobinas, por cromatografia líquida de alta performance ou por análise de DNA. Esses testes têm precisão comparável. A escolha do teste deve ser feita com base na disponibilidade local de cada um. A análise do DNA permite o diagnóstico mais preciso em pacientes de qualquer idade, mas é um exame ainda muito caro.

Testes de solubilidade, não são métodos diagnósticos apropriados. Embora esses testes identifiquem a hemoglobina S, eles não identificam a hemoglobina C nem outras variações genéticas. Além disso, são pouco precisos em recém-nascidos, nos quais a hemoglobina fetal é predominante. Em pessoas com anemia grave, esses testes também são inapropriados. Embora haja hemólise em todas as formas de anemia falciforme, pacientes com hemoglobinopatia SC ou microdrepanocitose podem não ter anemia significativa. Suspeita-se de talassemia se a anemia é microcítica e hipocrômica, sem deficiência de ferro.

A anemia falciforme pode ser diagnosticada em recém-nascidos, assim como em pessoas de qualquer idade, através da eletroforese de hemoglobinas, cromatografia líquida de alta performance ou análise de DNA. Testes de solubilidade não devem ser usados rotineiramente para diagnóstico de hemoglobinopatias em recém-nascidos, como citado anteriormente.

A doença falciforme (englobadas SS, SC, SD, S – Talassemia), pode se manifestar no organismo de cada indivíduo de forma diferente. Uns têm apenas alguns sintomas leves já outros apresentam

um ou mais sinais ou sintomas e com isso o próprio indivíduo psicologicamente sente-se um ser excluído perante a sociedade, como afirma GOFFMAN (2006), que estima ser uma doença de mecanismo social e de fácil controle. De acordo com os resultados de entrevistas realizadas com os falcêmicos, frequentemente a anemia falciforme é vista como *castigo*, que simultaneamente remete tanto à idéia de doença como *punição* quanto ao agravamento de uma situação de exclusão, representada também pelo fato de ser negro e pobre. Os depoimentos sistematicamente salientam a situação de exclusão pela diferença, o que poderia sugerir aproximações também com a noção de estigma.

3.1. EPISÓDIOS: VASO-OCCLUSIVOS (DOLOROSOS).

A dor para os portadores de anemia falciforme pode ser definida como uma experiência subjetiva que pode também, estar associada a dano real ou potencial nos tecidos, podendo ser descrita tanto em termos desses danos quanto por ambas as características. Independente da aceitação dessa definição, a dor é considerada como uma experiência genuinamente subjetiva e pessoal que faz parte de muitas manifestações presentes no portador de anemia falciforme, podendo ser aguda ou crônica.

A dor aguda tem geralmente um início recente e é mais comumente associada com uma lesão específica indicando que o dano ou a lesão ocorreu. Esta chama a atenção para o fato que está ocorrendo e ensina a evitar situações dolorosas, potencialmente similares, geralmente diminui à medida que ocorre a cura. A dor crônica é uma dor constante ou intermitente que persiste por certo período de tempo. Ela se prolonga além do tempo previsto para a cura e, frequentemente, não pode ser atribuída a uma causa específica. Talvez seu início não seja bem definido e, geralmente, é difícil tratá-la, pois ela não costuma responder ao tratamento direcionado a sua causa. Apesar de a dor aguda ser um sinal útil de que alguma coisa está errada, a dor crônica geralmente se torna um problema por si só.

As crises dolorosas são responsáveis pela maioria dos casos de atendimentos de emergência e hospitalização, assim como pela má qualidade de vida dos pacientes acometidos. Estas crises dolorosas são responsáveis por 60% dos motivos de internação dos pacientes portadores de anemia falciforme. A dor presente geralmente é

isquêmica, com intensidade variável (na maioria dos casos ocorre de forma intensa) de recorrência imprevisível, podendo iniciar-se aos seis meses de idade.

O portador de anemia falciforme apresenta dor geralmente devido a episódios de vasclusão, que ocorrem quando há obstrução nos vasos sanguíneos pelas células falciformes, ocluindo os capilares causando infartos e disfunção dos órgãos acometidos. As crises falciformes são caracterizadas por ataques vasoclusivos agudos, dolorosos e recidivantes, que afetam as extremidades, o abdome, o tórax e as vértebras. Este é o tipo de crise mais comum, acomete, com frequência, o sistema músculo esquelético e tem natureza nociceptiva. Os primeiros sinais de vasclusão são dores abdominais, torácicas, musculares e ósseas. A dor óssea aguda acomete articulações do joelho, ombros, cotovelos e ossos longos como o fêmur e a tíbia.

Diante do contexto, observa-se que o sintoma mais freqüente da doença falciforme é causado pela obstrução de pequenos vasos pelos glóbulos vermelhos em foice. A dor pode se localizar nos ossos podendo ainda atingir qualquer outro local do corpo. Essas crises têm duração variável e podem ocorrer várias vezes ao ano. Geralmente são associados ao tempo frio, infecções, períodos pré-menstrual, problemas emocionais, gravidez, ou desidratação.

A doença se manifesta por ataques episódicos de dor, com crises dolorosas. A dor geralmente atinge mais freqüentemente os ossos e as articulações das mãos e dos pés (especialmente em crianças mais novas), braços e pernas, costas e tórax (especialmente em crianças maiores), ou no abdômen. Quando os pequenos vasos sanguíneos são obstruídos (vaso-oclusão) pelos glóbulos falcizados as áreas adjacentes se tornam privadas de oxigênio e o tecido fica lesado (enfarte). A dor é resultante da lesão ao tecido provocado pela falta de oxigênio.

Fatores desencadeantes incluem infecção, fadiga física, febre, desidratação e exposição ao frio. No entanto, na maioria dos casos, o episódio doloroso não está associado a qualquer fator desencadeante reconhecível.

Geralmente os episódios têm a duração de 03 (três) a 05 (cinco) dias; às vezes, podem durar uma semana ou mais. Uma pequena porcentagem de pacientes tem episódios freqüentes, extremamente dolorosos, exigindo hospitalizações múltiplas no período de um ano, enquanto outros passam longos períodos sem dor.

Às vezes uma criança sofre uma série de episódios em um período curto de tempo, ficando depois livre deste problema por meses ou até anos. Pelo fato de ocorrerem de maneira inesperada, e poderem variar em intensidade e duração, os episódios dolorosos freqüentemente têm um impacto psicológico negativo nos pacientes e em suas famílias. É importante enfatizar que os episódios dolorosos são autolimitados e desaparecem espontaneamente. Ainda não há medicação preventiva para evitar ou parar um episódio doloroso logo no seu início. A ênfase deve ser dada no manuseio do controle da dor e não envolve risco de morte.

Segundo MINAYO (2006), a doença é uma realidade construída e o doente é um personagem social, para entender esse tema deve-se levar em conta os valores, atitudes, crenças e significados históricos do grupo observado, atentando se que o mesmo é um fenômeno complexo que articula fatores biológicos, sociológicos, econômicos, ambientais e culturais. Assim, não há como estabelecer, a priori, como esta ou aquela sociedade ou grupo humano, vivencia, pensa e simboliza o processo saúde doença relacionada a doenças como a anemia falciforme, que evoca temas tão sensíveis como o da corporalidade, dor para uns com maior intensidade, e para outros com amenização do sofrimento.

3.2. ICTERÍCIA - CORAMARELANOS OLHOS

É o sinal mais freqüente da doença falciforme. O quadro não é contagioso e não deve ser confundido com hepatite, quando o glóbulo vermelho se rompe, aparece um pigmento amarelo no sangue que se chama bilirrubina, a urina se torna cor de coca-cola e o branco dos olhos torna-se amarelo.

As crianças com anemia falciforme freqüentemente têm uma coloração amarela na parte branca dos olhos. Esta característica é causada pelo aumento dos níveis sangüíneos da bilirrubina (produto resultante da quebra da hemoglobina). Se a criança tiver dor abdominal, vômitos ou estiver prostrada, torna-se necessário procurar auxílio médico e grande parte das crianças com esse tipo de doença têm cálculos biliares.

3.3. SÍNDROME - INFECÇÕES E FEBRE

Nas crianças pequenas com síndrome mão-pé, as crises de dor

podem ocorrer nos pequenos vasos das mãos e dos pés causando inchaço e vermelhidão no local. A criança fica inquieta e com aspectos de tristeza e palidez.

As infecções são freqüentes e localizadas principalmente na garganta, pulmões e ossos. Estas infecções devem ser vistas pelo médico hematologista tão logo que apareçam, pois são graves e até mesmo fatais se não tratadas adequadamente. Todos os pacientes devem estar com a caderneta de vacinação atualizada para facilitar o diagnóstico e consequentemente ajudar no tratamento. Ao primeiro sinal de febre o paciente deve procurar o médico de imediato e isto certamente fará com que a infecção seja controlada com maior facilidade. Para prevenir infecções graves, todos os pacientes até 05 (cinco) anos de idade devem receber penicilina Benzetacyl de 21/21 (vinte e um em vinte e um) dias ou penicilina oral 2x (duas vezes) ao dia ou Eritromicina se forem alérgicos à penicilina).

Observa-se que crianças com anemia falciforme têm maior incidência de infecção bacteriana (particularmente pneumonia, septicemia, meningite e osteomielite) do que aquelas que não têm essa doença.

3.4. ÚLCERAS DE PERNA.

Úlceras de perna ocorrem, freqüentemente, próximas aos tornozelos. Os pacientes devem ser orientados pelo médico hematologista para o devido tratamento e encaminhados para a sala de curativos, pois sabe-se que as úlceras levam anos para cicatrização completa, se não forem bem cuidadas no início de seu aparecimento. Para prevenir o aparecimento de úlceras, os pacientes devem andar com meias grossas e sapato para se protegerem melhor da possíveis infecções causadas por vários tipos de bactérias.

É importante observar que o afoçamento dos glóbulos no baço leva ao seqüestro do sangue gradativamente e o paciente apresenta palidez e dores acentuadas no baço, portanto com esses sintomas definidos a pessoa precisa de um tratamento de emergência.

É a complicação da anemia falciforme, que envolve risco de morte imediata, exigindo tratamento de emergência e especial. Quando isso ocorre grande quantidade de sangue é retido no baço, que se torna bastante aumentado e se compara à hemorragia com sangue indo diretamente, em grande quantidade, para o baço. Uma criança

com sequestração esplênica torna-se pálida, fraca e prostrada; tem o abdômen distendido e doloroso e transpira muito.

O nível de hemoglobina cai drasticamente, a criança pode entrar em estado de choque e morrer. Raramente ocorre com crianças com mais de 05 (cinco) anos, pois nesta idade o baço geralmente fica destruído pelos freqüentes episódios de falcização. Entretanto, a sequestração esplênica pode ocorrer em crianças mais velhas, portadoras de outras variantes da doença falciforme.

4.0. CONTROLE DA ANEMIA FALCIFORME E TRATAMENTO

A anemia falciforme, embora ainda não tenha cura, já que é hereditária, segundo pesquisas, tem apenas o controle. Por isso é necessário fazer antes de tudo um diagnóstico precoce e procurar ir sempre a consultas médicas. Uma vez comprovada a doença e para melhor ser controlada é necessário que o portador desse tipo de anemia faça repouso, pois o exercício físico acentuado leva a crises dolorosas, por isso tem que ser moderado, lembrando-se de que líquidos, também devem ser ingeridos em abundância.

Para os grupos interdisciplinares com anemias hemolíticas hereditárias é importante o acompanhamento da doença por um especialista e com a participação também de fisioterapeutas que orientam e trabalham na recuperação física dos pacientes.

Como há um estado de maior necessidade calórica do organismo, causado pela anemia, a alimentação deve ser equilibrada. Para isto devem estar presentes na alimentação diariamente: pães e derivados, margarina, leite e derivados, açúcares (doces), cereais, leguminosas (feijão, lentilha, ervilha, grão de bico), carnes (de boi, frango ou peixe), legumes (utilizar as folhas normalmente dispensadas, como por exemplo, de beterraba), verduras, frutas, óleo vegetal (03 colheres das de sopa divididas em 03 refeições) e ingerir bastante líquidos.

É importante agasalhar-se durante o período de frio, usar roupas leves durante o verão e usar sempre sapatos e meias para evitar machucados nas pernas. Se apresentar crises leves de dor, sem febre, deve aumentar a ingestão de líquidos e usar remédios para dor.

Quando se trata de crianças não são diferentes em relação às outras quanto à presença da doença e quanto às atividades de

Educação Física, na escola estas só poderão ser liberadas após avaliação do médico hematologista. Os professores deverão ser orientados quanto ao quadro clínico e às complicações da doença falciforme. É importante que a comunidade escolar procure nos centros de atendimentos um manual informativo sobre o portador de anemia falciforme e leve para o colégio para que possam lidar melhor com o aluno que tenha esse tipo de doença.

O tratamento da anemia falciforme fica mais fácil de ser controlado quando o paciente mantém a caderneta de vacinações atualizada. Além das vacinas distribuídas, às demais crianças, devem receber também vacina anti-Hepatite B, anti-Pneumococo e anti-Hemofílus. As vacinas são de suma importância para a não proliferação de certos tipos de doenças, principalmente a Doença Falciforme.

A hidratação torna o sangue menos viscoso, diminuindo, portanto a formação de novos trombos e evitando a obstrução dos vasos sanguíneos quando o tratamento for iniciado com soro quando o paciente apresenta crises constantes da doença falciforme.

O organismo, para tentar compensar a anemia, produz muitos glóbulos vermelhos ou hemácias e o ácido fólico é uma vitamina importante na formação das hemácias que controla e ameniza a Doença Falciforme.

5.0. CONTRAINDICAÇÕES.

5.1.USO NEGATIVO DE REMÉDIOS A BASE DE FERRO.

Os glóbulos vermelhos se rompem, liberando ferro dentro deles. Este ferro é estocado nos tecidos e pode levar a uma reação tipo “cicatriz”. Se o paciente recebe muitas transfusões ou toma compostos que contenham ferro, com o passar dos anos, o ferro deposita-se no organismo podendo vir a apresentar problemas no coração, fígado ou desenvolvimento de doenças como a Diabetes.

5.2 - GRAVIDEZ EM PACIENTES COM A DOENÇA FALCIFORME.

A gravidez é considerada de alto risco para a gestante

portadora da anemia falciforme dependendo do estado clínico a paciente deverá optar por gerar ou não a criança. Esta decisão deve ser tomada após o conhecimento pela paciente falcêmica e pelo futuro pai, dos riscos que envolverão a gestação. Cada caso deverá ser discutido juntamente com o médico.

Durante o período de gestação há mais chance de aumento da pressão do sangue, problemas nos rins, necrose asséptica do fêmur, exposição às transfusões com maior frequência e a transmissão da doença que merece estudo de hemoglobina do futuro paciente.

5.3. USO DE PÍLULA ANTICONCEPCIONAL.

A paciente com a anemia falciforme pode usar pílula, desde que acompanhada por médico especialista. Hoje em dia há anticoncepcionais orais (mini-pílula) e injetável (03 em 03 meses), não havendo evidências de efeitos colaterais importantes para a paciente falcêmica. O anticoncepcional injetável é um excelente método contraceptivo para doente falciforme já que pode evitar crise de falcização, diminuindo a incidência de doença inflamatória pélvica e o índice de falha é inferior a 1% (um por cento)

6.0. ESTÁGIOS E A EVOLUÇÃO DA DOENÇA.

6.1. PRINCIPAIS SINTOMAS DA ANEMIA FALCIFORME

A evolução e os estágios da doença falciforme variam de indivíduo para indivíduo, uns apresentam com maior transparência esse tipo de doença, enquanto que outros levam mais tempo para aparecer os sintomas que ficam embutidos muito tempo no próprio organismo até a manifestação.

A anemia falciforme ao ser diagnóstica verifica-se que a pessoa apresenta mutações constantes de comportamento clínico, pois o crânio, ossos longos, vértebras e as grandes articulações sofrem mudanças típicas da doença com maior rapidez. A Necrose asséptica (morte do tecido não relacionada à infecção) do osso, devido à lesão causada por enfartes, pode ocorrer em qualquer osso, acometendo parcialmente a cabeça do fêmur. Esta complicação pode se iniciar principalmente em crianças com mais de 05 (cinco) anos de idade; há casos também que é comum surgir bem mais tarde.

A presença da doença faz com que alguns pacientes apresentem obstrução das pequenas veias da articulação do quadril. Nesse caso a cabeça do fêmur (osso da coxa), se achata e a perna encurta; muitas vezes há muito incômodo e é necessário fazer cirurgia com colocação de prótese da cabeça do fêmur (cabeça de fêmur artificial) pelo médico ortopedista, com acompanhamento de um hematologista.

O priapismo é um estado de ereção dolorosa, característica do portador de falciforme, que é causada pela obstrução dos vasos do pênis. Geralmente ocorre espontaneamente à noite. O tratamento imediato visa evitar complicações futuras. Este quadro também pode ocorrer de forma passageira e repetida. O paciente que apresenta o sintoma aconselha-se que compareça ao ambulatório mais próximo e informe ao médico sobre seu estado de saúde, pois orientação correta e clara é imprescindível para o tratamento precoce da doença.

Quando o paciente tem a doença falciforme avançada, a obstrução dos vasos sanguíneos ocorre também nos rins com maior precisão. Isto leva a uma série de alterações no seu funcionamento. Alguns pacientes podem evoluir para insuficiência renal crônica. Ao fazer regularmente exames e consultas de rotina com o hematologista, o paciente será encaminhado ao nefrologista conforme o quadro clínico apresentado.

Lesões causadas por repetidas obstruções de pequenos vasos fazem com que os rins percam a capacidade de concentrar urina. Portanto, esses pacientes eliminam sempre grande quantidade de urina em qualquer situação. O resultado é de micção freqüente, em alguns enurese (urinar na cama) e desidratação acontece quando houver aumento das atividades em dias quentes. Quando os líquidos forem eliminados de outras maneiras, como transpiração excessiva, diarréias ou vômitos, a desidratação ocorre e pode surgir um episódio doloroso vaso-oclusivo.

Com certa freqüência os pacientes com doença falciforme podem apresentar diversas queixas e sinais neurológicos, tais como: dor de cabeça, convulsões, tonteiras e derrame. Tais complicações se devem à anemia que por sua vez baixa os níveis de oxigênio na circulação cerebral ou à obstrução dos vasos cerebrais. Quando os sintomas ocorrerem acentuadamente, o paciente deverá ser encaminhado ao médico assistente que pedirá a avaliação do neurologista. Aqueles que já estão em acompanhamento neurológico

serão conscientizados a não faltar às consultas regulares e fazer uso criterioso dos medicamentos prescritos.

De acordo com recentes pesquisas feitas pelo Ministério da Saúde, comprovaram que proximadamente 6% (seis por cento) das crianças com anemia falciforme sofrem de acidente vascular cerebral. Existe a tendência de repetir quando já se teve AVC uma vez. A causa mais freqüente é o bloqueio dos vasos sanguíneos no cérebro, resultando até mesmos vários tipos de lesão.

Diante do cenário de informações com dados comprovados cientificamente são muitos os transtornos causados pelos portadores de anemia falciforme, destacando-se também, além de outros, os cuidados com os dentes são os mesmo exigidos para todos, porém com maior severidade para pacientes portadores de anemia falciforme, no entanto, mesmo com a doença, o desenvolvimento dentário na criança é normal.

Cuidados especiais são indicados na prevenção da cárie dentária. Devem escovar os dentes após ingestão de qualquer tipo de alimento, principalmente os ricos em açúcar. A consistência do tipo de açúcar é fator importante, pois em certos tipos de balas e doces o açúcar adere mais às superfícies dos dentes e quanto mais tempo aí permanecer, mais prejudicial será. Todos devem procurar o dentista uma vez ao ano, é uma boa medida para prevenir problemas dentários no futuro, exclusivamente para os portadores da doença falciforme.

Observa-se que algumas crianças com anemia falciforme apresentam um atraso no desenvolvimento físico e sexual e o atraso no crescimento torna-se aparente na primeira década de vida. Geralmente, mais tarde recuperam a altura, sendo que os adultos com esse tipo de doença são com freqüência tão alto quanto os outros.

Embora a causa seja desconhecida, supõe-se que o atraso no crescimento e desenvolvimento possa ser decorrente de um aumento na demanda calórica, causada pelo excesso de atividade cardiovascular para compensar a anemia, além da hiperatividade da medula óssea para repor glóbulos vermelhos que tem vida média diminuída. Com relação à maturidade sexual são retardados em ambos os sexos. A fertilidade parece ser normal, tanto nos homens como nas mulheres.

7.0. PADRÃO DE HEREDITARIEDADE – FATOR DETERMINANTE

A forma comum da anemia falciforme (HBSS) acontece quando uma criança herda um gene da hemoglobina falciforme da mãe e outro do pai. É necessário que cada um dos pais tenha pelo menos um gene falciforme, o que significa que cada um é portador de um gene da hemoglobina falciforme e um gene da hemoglobina normal.

Como a condição de portador do traço falciforme é um estado benigno, muitas pessoas não estão cientes de que o possuem. Quando duas pessoas portadoras do traço falciforme resolvem ter filho(s), é importante que saibam que para cada gestação há possibilidade de:

- um para quatro de que a criança tenha a doença falciforme;
- de uma em duas de que a criança tenha doença falciforme;
- de uma em quatro de que a criança tenha o **traço da falciforme**;
- e a chance de um em quatro de que tenha a hemoglobina normal.

Sabe-se que a hereditariedade é um fator determinante e a anemia falciforme é uma doença hereditária, que leva a uma deformação das hemácias e suas **manifestações acontecem** de forma diferente em cada indivíduo. É um problema que dura para o resto da vida e afeta pessoas diferentes de maneiras diferentes e não segue nenhum padrão fixo. Alguns pacientes só têm sintomas leves, com menos de uma crise por ano; enquanto outros têm sintomas mais severos com mais de uma crise por mês.

a presença de uma gama de sintomas característicos da anemia falciforme a

8.0. ACONSELHAMENTO GENÉTICO

Pessoas que apresentam risco de gerar filhos com hemoglobinopatias graves têm o direito de serem informadas através do aconselhamento genético, a respeito de todas as implicações dessa doença.

O aconselhamento genético tem como objetivo principal permitir aos indivíduos a tomada de decisões consciente e equilibrada a respeito da procriação. Isto envolve também a discussão, por

exemplo, dos recursos terapêuticos disponíveis na saúde pública para a doença; a possibilidade de diagnóstico precoce e de prevenção de complicações graves; adoção de filhos; uso de métodos anticoncepcionais.

Como muito bem comenta o professor BEIGUELMAN (2005), os programas de aconselhamento genético devem visar, fundamentalmente, os interesses dos indivíduos e de suas famílias e não os interesses da sociedade. O termo “aconselhamento genético” é impróprio, uma vez que o princípio desse processo é, justamente, não dar conselhos. Portanto, é questão de conscientização, pois cabem as famílias observar nas crianças os sintomas da doença tão cedo possível para que o agravamento da doença seja contornado com maior agilidade.

O Ministério da Saúde criou, neste ano, uma portaria que define as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. A política visa atender principalmente os afro-descendentes, principais atingidos pela doença que acomete entre 40 mil e 50 mil brasileiros e tem como uma de suas diretrizes a criação do cadastro nacional de portadores da anemia falciforme e outras hemoglobinopatias, permitindo o diagnóstico precoce de recém-nascidos com a doença pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN).

No cadastro também, serão inseridos os pacientes com diagnóstico tardio da doença, que serão identificados por meio da criação de uma rede pública de serviços de hemoterapia e hematologia. A Hemorrede será formada para oferecer atendimento integral aos pacientes e deverá estar articulada com as políticas de trabalho e emprego, assistência social, educação e outros setores sociais para compor uma assistência completa à saúde que englobe dimensões socioculturais.

No entanto, é necessário um trabalho de capacitação de todos os profissionais de saúde que atuam no tratamento dos portadores de doenças falciformes com o objetivo de prepará-los para informar e aconselhar os familiares e as pessoas diagnosticados com a doença ou o traço falciforme (pessoa com alteração parcial da enfermidade).

9.0. CONCLUSÕES

Desde o aparecimento da anemia falciforme até a última

década, muito pouco podia se fazer para melhorar as condições de vida dos pacientes, estando estes destinados a sofrer diversas intercorrências e a apresentar uma baixa expectativa de vida.

Com base nos resultados obtidos, nesta pesquisa bibliográfica, pode constatar que:

- poucas são as pessoas que sabem as origens e conseqüências da anemia falciforme;
- ainda são restritos os recursos destinados à saúde pública para o tratamento da doença;
- até o momento não existem medicamentos que tratem eficientemente anemia falciforme, no máximo, o tratamento visa prevenir as complicações;
- episódios dolorosos podem ser tratados com analgésicos, líquidos e oxigênio;
- a dieta deve ser suplementada com ácido fólico, um tipo de vitamina B, portanto pessoas com anemia falciforme têm predisposição para o desenvolvimento de pneumonias, devendo ser vacinadas;
- para prevenir o nascimento de uma criança com anemia falciforme, os casais de raça negra devem ter seu sangue testados para determinar se são portadores do gene do traço falciforme, no entanto o aconselhamento genético é útil nesses casos para auxiliar a decisão a ser tomada.

Avanços científicos são perceptíveis, tanto em nível de citogenética e de diagnóstico como também, no tratamento das complicações da doença falciforme. Além disso, freqüentes descobertas através de pesquisas comprovam que há certos tipos de drogas capazes de reduzir a falcilização das hemácias, como a hidroxiuréia e de tratamento curativos, como implante de medula óssea, demonstrando que num futuro próximo será possível ao paciente com anemia falciforme ter uma vida normal e saudável.

É importante frisar ainda, que não há uma política pública eficiente para melhorar a qualidade de vida de pacientes que contam apenas com a assistência de saúde pública, ou seja, é fundamental a incorporação de uma política específica e coordenada, baseada na promoção, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação de pessoas portadoras de anemia falciforme das classes sociais menos favorecidas.

10.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIGUELMAN Bernardo. Programa de Aconselhamento Genético. São Paulo, 2005.

COSAH (Comitê de Hemoglobinopadias); Coordenação de Sangue e Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas, Secretaria de Política de Saúde e Ministério da Saúde. E-mail: cosah@saude.gov.br.

DAVID Nelson. Princípios de Bioquímica. 3.ed. São Paulo: 2006.

GOFFMAN Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. São Paulo, 2007.

GONÇALVES. D.A. Disciplina e Hematologia. UERJ, 2005.

<http://www.nupad.medicina.ufmg.br> Acessado no dia 23/11/07.

<http://www.ufv.br/dbg/BIO240/DG112.htm>. Acessado no dia 14/02/08.

<http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/sangue/hemoglobinopatia/falcifolder.pdf> acessado no dia 14/02/08.

MINAYO: Ciência & Saúde Coletiva – Brasil/2006.

OLIVEIRA Fátima. Bioética e Biodireito - Rede de Informação sobre Bioética: bioética & teoria feminista e anti-racista. São Paulo, 2007.

PAIVA Roberto. Psicologia e Reabilitação para o Portador da Anemia Falciforme. UNICAMP, 2006.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA: A construção política da Anemia Falciforme como Doença Genética no Brasil.

Universidade Federal de Alagoas (Hospital Universitário Serviço de Hematologia). www.geocites.com/afalciforme



ZAGO Marco: Divulgação Científica - Brazilian Journal of Medical and Biological Research .São Paulo: 2006.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1.0. NORMAS GERAIS

O principal objetivo das Revistas FACTU CIÊNCIA e FACTU JURÍDICA são promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. A revista fará a publicação de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos a diversas áreas.

2.0. CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial da Revista, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações. Os originais e o disquete não serão devolvidos.

A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- ? Artigos: máximo de 25 laudas;
- ? Revisões literárias: máximo de 30 laudas;
- ? Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 98/2000, obedecendo às seguintes recomendações: letra Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, justificado, papel A4, margem esquerda e superior 2,5 cm e direita e inferior 2,0 cm, numeração no canto superior direito. Títulos, subtítulos e palavras podem ser destacadas utilizando o atributo itálico nas letras, evitando o uso de negritos.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em CD ou disquete 3 ½, em que conste apenas o trabalho a ser examinado, acompanhado de 02 (duas) vias impressas, juntamente de uma carta encaminhada ao Diretor da Revista autorizando sua publicação. As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. Quadros, tabelas, gráficos, ilustrações e fotos devem ser apresentados em folhas separadas com os respectivos títulos, comunicação da fonte e em condições ótimas para reprodução.

3.0. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o

título, o nome completo dos autores, titulação e local(s) de trabalho.

Resumo: na segunda folha deverá constar um resumo em português de, no máximo, 300 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

Palavras-chaves: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

Abstract: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 300 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

Key words: abaixo do abstract deverá constar a lista das palavras-chaves em inglês

Texto: os artigos originais deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte seqüência: introdução; objetivos; material e métodos; resultado; discussão; conclusões; referências bibliográficas.

Para resenhas é dispensados o resumo, palavras-chaves, abstract e key words.

4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência bibliográfica é a relação das fontes utilizadas pelo autor. Não se deve confundir com bibliografia, que é a relação alfabética, cronológica ou sistemática de documentos sobre determinado assunto ou de determinado autor.

As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com a Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 6023 - Ago 2000. Uma referência bibliográfica básica deve conter: último sobrenome do autor em letras maiúsculas; *vírgula*; nome do autor em letras minúsculas; *ponto*; título da obra em itálico; *ponto*; número da edição (a partir da segunda); *ponto*; local; *dois pontos*; editora (não usar a palavra editora); *vírgula*; ano da publicação; *ponto*. Exemplos:

Livro:

NERY JÚNIOR, Nelson. *Código de Processo Civil comentado*. 3 ed. São Paulo: RT, 1999.

Artigo de Revista:

LOZETTI, A. H.. A compreensão formal e material no direito.

5.0. CITAÇÕES

Identificar as referências (em parênteses) no texto, colocando o sobrenome do autor em letras minúsculas (somente a primeira letra em maiúscula) e o ano. Um (1) autor: (Wenth, 1998); dois (2) autores: (Lamare & Soares, 1990); três ou mais autores: (Harris et al., 1998). O material que já tiver sido submetido para publicação mas ainda não tiver sido aceito, deve ser referido como “dados não publicados” e não deve ser incluído na lista de referências bibliográficas. As citações referenciais não vão em nota de rodapé, mas sim, no corpo do texto, logo após o trecho citado. A citação deverá vir em itálico e parágrafo específico quando ultrapassar cinco linhas.

6.0. ENVIO

Os interessados em apresentar qualquer publicação para avaliação, que sejam diretamente ligados a Faculdade, como docentes e discentes, deverão entregar diretamente a Comissão Editorial na própria sede da Faculdade. Já os profissionais externos deverão enviar para o seguinte endereço:

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU
Comissão Editorial da Revista
Rua Rio Preto, 422 - Centro.
38.610-000 - Unai - MG

